

**Relatório do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo
Para a 102ª Assembleia Internacional
Igreja de Deus da Profecia**

PREÂMBULO

1 Damos as boas-vindas a cada membro e amigo da Igreja de Deus da Profecia à 102ª Assembleia Internacional. Reunimo-nos aqui de todas as partes do mundo, desde áreas urbanas e metrópoles até vilarejos, aldeias, fazendas rurais e terras tribais. Reunimo-nos como um em Cristo, irmãos e irmãs, iguais como membros desta grande Igreja.¹ Nossa meta é incorporar a declaração salvífica do apóstolo Paulo, “Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus” (Gálatas 3:28).

2 Reunimo-nos em Orlando para adorar o nosso Salvador, ter comunhão com os santos, sermos desafiados pelo lançamento da visão, aprendermos juntos e nos engajarmos no nobre trabalho de julgar os negócios desta comunidade de fé como a Assembleia Internacional (AI) em sessão. Para cumprir esse trabalho, delineamos o seguinte para ser nosso guia de procedimentos e protocolos de negócios adequados, proporcionando clareza para todos, a fim de atingir a meta de Atos 15, de que toda decisão que tomarmos pareça boa ao Espírito Santo e a nós (Atos 15:28). Dessa forma, oferecemos as seguintes diretrizes para os procedimentos de negócios nesta assembleia:

1. Depois que o moderador tenha dado as boas-vindas ao respectivo Presidente e aos membros dos comitês da Assembleia, dando-lhes permissão para apresentar seus relatórios, eles o farão no seu devido tempo.
2. Os membros do comitê apresentarão as seções à Assembleia Internacional para sua consideração.
3. Depois que a seção e as recomendações tenham sido claramente apresentadas diante da Assembleia Internacional, o moderador solicitará uma moção e uma segunda moção para discussão/perguntas sobre a referida seção/recomendações.
4. Qualquer membro em pleno gozo de seus direitos (fiel à igreja local e fiel nos dízimos) pode pedir para falar no plenário da Assembleia em um dos microfones designados.
5. O moderador reconhecerá o constituinte no microfone.

¹ Quando a palavra igreja representa o título mais longo, Igreja de Deus da Profecia, ela está em letra maiúscula neste documento.

6. Antes de fazer um comentário ou uma pergunta, o membro ao microfone deve fornecer as seguintes informações:
 - a. Nome
 - b. Endereço da igreja onde é membro
 - c. Reconhecer que leu o relatório na íntegra para que o moderador lhe conceda permissão para falar.
7. A menos que o membro apresente uma questão de ordem, a pergunta/comentário deve ser direcionada ao comitê.
8. A qualquer momento, o moderador pode intervir, fazer uma pergunta e/ou solicitar mais esclarecimentos do membro do plenário ou do comitê.
9. O moderador, no momento oportuno, solicitará uma resposta da Assembleia. As questões de negócios requerem um consenso bem expressivo. As questões espirituais requerem unanimidade.

Processo de tomada de decisão

- 3 No relatório do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo, as seguintes seções são questões de negócios e requerem consensus expressivos, que será considerado alcançado com 75% (setenta e cinco por cento) das opiniões expressas.
 - a. Suspensão temporária do processo de avaliação de pastores e bispos nacionais/regionais/estaduais
 - b. Sucessão de liderança
- 4 No relatório do Comitê, as seguintes seções são questões de natureza espirituais e requerem unanimidade, que será considerado alcançado com noventa por cento (90%) das opiniões expressas.
 - a. A Santa Ceia
 - b. Relações e reconciliação raciais
- 5 Todos os demais Comitês Permanentes da Assembleia – o de Finanças e Mordomia e do Conselho de Administração Corporativo, antigo Comitê Administrativo – seguem o consenso bem expressivo para a tomada de decisões de acordo com o *Manual de Normas para o Ministério*.

O Comitê de Finanças e Mordomia deve se concentrar em assuntos práticos, incluindo projetos promocionais e de arrecadação financeira. Assim, ao determinar a posição da Assembleia, o princípio de unanimidade será usado pelo Comitê de Doutrina Bíblica e Governo em assuntos doutrinários, enquanto o consenso expressivo determinará todos os outros assuntos e aqueles apresentados pelo Comitê de Finanças e Mordomia e pelo Comitê Administrativo.²

² *Manual de Normas para o Ministério* (Cleveland, TN: White Wing Publishing House, 2018), 14.

Seção Um

Suspensão temporária do processo de avaliação de pastores e bispos nacionais/regionais/estaduais para fins de estudo

6 O objetivo do processo de avaliação do Bispo Presidente, dos Presbíteros Gerais, dos bispos nacionais/regionais/estaduais e dos Pastores locais³ era auxiliar no amadurecimento dos líderes para que cada um deles pudesse atingir seu potencial máximo. O objetivo é nobre. No entanto, como acontece com a maioria dos processos, a implementação e o gerenciamento contínuo de procedimentos, métodos, dados estatísticos, instrumentos de avaliação e a fusão de resultados e relatórios podem se tornar laboriosos, demorados e burocráticos por natureza. O Comitê de Doutrina Bíblica e Governo reconhece que o processo de avaliação se tornou mais difícil em algumas áreas do que útil e informativo, dedicando-se mais às minúcias administrativas do que ao ministério apostólico.

7 Além disso, notamos que no Presbitério Internacional, os procedimentos e métodos têm sido modificados com o acréscimo de uma Junta de Revisão do Presbitério Internacional eleita para supervisionar o processo que tem criado uma abordagem útil para a avaliação. Entretanto, também reconhecemos que mesmo com estas melhorias, tem havido casos de incerteza e confusão. No entanto, desde que o Bispo Presidente e os Presbíteros Gerais são selecionados e não nomeados, não sentimos que seja necessário uma suspensão do processo de avaliação. Recomendamos que seja dada ao Presbitério Internacional a liberdade para governar e implementar melhorias e procedimentos de avaliação para o Bispo Presidente e os Presbíteros Gerais, conforme devidamente decidido por um consenso bem expressivo dos membros do Presbitério Internacional em uma de suas sessões de negócio.

8 A avaliação dos líderes nomeados, dos bispos nacionais/regionais/estaduais e dos pastores locais não progrediu assim como os processos de avaliação do Bispo Presidente e dos Presbíteros Gerais. Algumas áreas registram porcentagens extremamente baixas da participação dos pastores na avaliação dos bispos nacionais/regionais/estaduais. Além disso, muitos dos bispos nacionais/regionais/estaduais não se envolvem na avaliação dos pastores por parte da junta local e/ou membros da igreja local. Em vez de ter uma norma em vigor que não está sendo seguida, ou que é tão burocrática que requer o uso de tempo valioso e recursos financeiros, sentimos que seria sensato suspender temporariamente o processo de avaliação dos bispos nacionais/regionais/estaduais e dos pastores locais até que o Comitê de Doutrina Bíblica e Governo possa realizar um estudo e oferecer recomendações sobre as avaliações nestes dois níveis. Tendo em conta a nossa atual agenda de estudos, recomendamos uma suspensão por seis anos, enquanto estudamos este assunto. O Comitê⁴ poderia então apresentar uma nova recomendação referente às avaliações para bispos nacionais/regionais/estaduais e pastores locais à Assembleia Internacional em 2030. Durante o período de suspensão, um Presbítero Geral, em consulta com a sua equipa de pluralidade, poderia realizar uma avaliação de um Bispo Nacional/Regional/

³ O Comitê de Doutrina Bíblica e Governo deseja demonstrar ao Comitê o maior respeito aos honrados líderes desse movimento em todo o mundo. Para esse fim, os títulos ministeriais e administrativos serão escritos em letras maiúsculas neste documento, exceto quando não forem escritos em letras maiúsculas em citações de outras fontes.

⁴ Onde a palavra comitê representa o título mais longo, Comitê de Doutrina Bíblica e Governo, será utilizada letra maiúscula neste documento.

Estadual, se, na sua opinião e na de sua equipe de pluralidade, houver necessidade. Do mesmo modo, um Bispo Nacional/Regional/Estadual, em consulta com a sua equipe de pluralidade, poderia realizar uma avaliação de um pastor local, se, na sua opinião e na da sua equipe de pluralidade, houver necessidade.

9

Continuar com um processo de avaliação falho e inadequado e que não reúne uma participação significativa dos bispos nacionais/regionais/estaduais e pastores locais, parece pouco aconselhável. Embora não procuremos espiritualizar esta recomendação, notamos que o princípio do sábado nos lembra que quando os sistemas se tornam demasiado complexo, deixam de fornecer o objetivo original pretendido. Jesus disse: “O sábado foi feito por causa do homem, e não o homem, por causa do sábado” (Marcos 2:27). O Comitê não utiliza esta passagem como um texto probatório, em vez disso, referimos o princípio contido na diretiva do nosso Senhor.

Seção Dois Sucessão de liderança

10

O Comitê recebeu um pedido do Supervisor Geral, bispo Sam Clements, agora Bispo Presidente emérito e dos Presbíteros Gerais em 2018 para se envolver em um estudo de limites de mandato para toda posição de liderança⁵ na Igreja de Deus da Profecia. O Comitê indicou em nossa declaração “Notificação de Estudo” divulgada aos constituintes desta Igreja em 2020 que estávamos engajados em pesquisas e convidou a participação dos membros e líderes da Igreja por meio de cartas. Até 31 de dezembro de 2022, o Comitê não recebeu qualquer correspondência escrita formal, quer de constituintes quer de líderes, relacionada com este tópico. No entanto, tanto os constituintes como os líderes da Igreja de Deus da Profecia envolveram os membros do Comitê em conversas de apoio a este estudo e ao princípio dos limites de mandatos. Além disso, o Comitê apresentou o tema dos limites de mandatos na 101^a Assembleia Internacional (2022) em Oklahoma City, Oklahoma. O Comitê ouviu um grande número de constituintes, tanto durante a Assembleia Internacional como depois, que estavam confusos quanto ao processo e pouco claros quanto à decisão final.⁶ Conseqüentemente, o Comitê apresenta o seguinte relatório revisto, intitulado “Sucessão de Liderança”⁷ com as nossas recomendações para a consideração em espírito de oração dos delegados à 102^a Assembleia Internacional.

⁵ Observação: O Comitê não está recomendando limites de mandatos para todas as posições de líderes na Igreja de Deus da Profecia. O Comitê afirma enfaticamente que os limites de mandatos não se aplicam a pastores locais ou posições designadas dentro de um contexto da igreja local.

⁶ Como ponto de referência histórico, o documento intitulado “Limites de mandatos” apresentado à 101^a Assembleia Internacional tinha dezessete (17) páginas em formato de espaço simples. De acordo com a Transcrição Completa dos Negócios da Assembleia, Igreja de Deus da Profecia, 101^a Assembleia Internacional (20 de julho de 2022), a primeira entrada “com carimbo de data e hora” relativa aos limites de mandatos foi às 17:18 (ver página 33). A última entrada com carimbo de data e hora foi às 17h36, declarando: “A sessão foi encerrada” (ver página 34). Foram dedicados cerca de vinte minutos, ou menos, ao documento de dezessete páginas. O documento foi fornecido ao Comitê BDP pelo Escritório do Bispo Presidente por e-mail com data de 28 de setembro de 2023.

⁷ O título do relatório para a 101^a Assembleia era “Limites de mandatos”. O Comitê renomeou o relatório para a 102^a Assembleia: “Sucessão de Liderança”. Os termos “sucessão de liderança” e “mandato” serão utilizados como sinônimos ao longo deste documento

11

A pesquisa pelo Comitê incluiu tanto literatura de liderança quanto entrevistas com líderes denominacionais não afiliados à Igreja de Deus da Profecia, cuja política inclui limites de mandato, o princípio da sucessão de liderança. O ponto alto de nosso estudo e recomendações está incluído neste relatório.⁸

O documento inclui o seguinte:

1. Uma teologia de liderança
2. Uma base bíblica sobre liderança
3. Liderança na Eclésia
4. Pipeline de liderança
5. Vácuo na liderança
6. Implementação crescente e específica
7. Estratégia de Saída
8. Recomendações sobre sucessão de liderança: Primeira fase
9. Recomendação de avaliação em preparação para a fase dois

Uma teologia de liderança

12

A teoria da liderança defende o lema de que tudo depende da liderança. Esta verdade é aparente em uma miríade de dinâmicas de grupo, incluindo, mas não está limitada à unidade familiar, governos, corporações, entidades educacionais e, finalmente, na igreja. A liderança de fato importa. Teologicamente, a necessidade de líderes ungidos e competentes é fundamental para o funcionamento saudável da Eclésia.

13

Dois componentes da liderança eclesial são dignos de nota. Um deles é o chamado. O segundo é a confirmação. O chamado é pessoal. O Deus Trino chama os indivíduos para o serviço, para o ministério.⁹ A dinâmica do chamado é testemunhada repetidamente tanto no Antigo como no Novo Testamento. Deus chamou Moisés (Êxodo 3:1-22), Samuel (1 Samuel 3:1-21), Gideão (Juízes 6:11-24), Davi (1 Samuel 16:1-13), e Isaías (Isaias 6:1-8). Jesus chamou os discípulos, os doze apóstolos, que O acompanharam em Seu ministério (Mateus 4,18-22; Marcos 3,13-19; Lucas 5,1-11; João 1,35-51). A chamada é pessoal. É responsabilidade do indivíduo responder ao chamado de Deus sobre sua vida (2 Timoteo 4,5). O teólogo H. Richard Niebuhr identifica isto como o “chamado secreto . . . aquela persuasão ou experiência interior

⁸ Os leitores devem estar cientes de que cada uma destas seções poderia ser expandida; no entanto, isso implicaria que o relatório fosse um documento mais longo. O objetivo foi identificar e abordar sucintamente cada uma das rubricas (assuntos) que compõem o estudo, em vez de apresentar um relatório exaustivo.

⁹ O Comitê reconhece que Deus chama todos os crentes. Os crentes são chamados para serem santos, à santidade: “à igreja de Deus que está em Corinto, aos santificados em Cristo Jesus, chamados santos, com todos os que em todo lugar invocam o nome de nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor deles e nosso” (1 Coríntios 1:2). Além disso, todos os crentes são chamados para o serviço. Os crentes são capacitados com dons de graça pelo Espírito Santo para oferecer no serviço: “Cada um administre aos outros o dom como o recebeu, como bons despenseiros da multiforme graça de Deus” (1 Pedro 4:10). Compreendemos também que o Deus Trino chama alguns indivíduos para trabalhos ministeriais específicos. Consequentemente, no corpo deste relatório utilizamos o termo “chamado” para especificar os indivíduos chamados a trabalhos ministeriais como estipulado pelo apóstolo Paulo (Efésios 4:11-13; Filipenses 1:1; 1 Timóteo 3:1-13; Tito 1:5-9).

pela qual uma pessoa se sente diretamente convocada ou convidada por Deus para assumir o trabalho do ministério”.¹⁰

14

A confirmação do chamado é público e ocorre dentro da dinâmica da Eclésia (1 Tim 4:14; 2 Tim 4:6). Consequentemente, é obrigação da igreja discernir se de fato o chamado de Deus está sobre um indivíduo (Atos 13:1-3). Uma vez discernido o chamado de Deus sobre um indivíduo, a igreja tem então a responsabilidade de equipar os chamados para o serviço e o ministério dentro do corpo de Cristo e para o mundo em geral (Efésios 4:12). Por exemplo, o recém-convertido Saulo, cujo nome foi mudado para Paulo, foi adotado por Barnabé. Ele (Barnabé) levou Saulo aos apóstolos para que eles o endossassem. “Então, Barnabé, tomando-o consigo, o trouxe aos apóstolos e lhes contou como no caminho ele vira ao Senhor, e este lhe falara, e como em Damasco falara ousadamente no nome de Jesus” (Atos 9:27). Saulo permaneceu com os apóstolos e demonstrou seu genuíno chamado e compromisso com o evangelho (Atos 9:28). Este modelo ilustra que quando um indivíduo provou a si mesmo (1 Tim 4:5), a igreja é quem confirma publicamente o chamado e fornece uma oportunidade para a liderança de serviço (Atos 14:23; Tito 1:5).

15

Como pessoas que abraçam plenamente a liderança do Espírito, alguns podem ser tentados a simplesmente aceitar uma confissão pública de chamado por um indivíduo. No entanto, a Eclésia é encarregada de discernir o chamado. O discernimento é um dos carismas dados à igreja pelo Espírito Santo (1 Cor 12,1-11). Contudo, o discernimento não é apenas sobrenatural. Há medidas de discernimento. “A menos que haja normas externas pelas quais um chamado seja testado e confirmado, faltam-nos os meios para discernir se uma pessoa é realmente chamada por Deus através do poder do Espírito Santo”.¹¹

16

O teólogo Gregg R. Allison, em seu livro sobre eclesiologia, aborda a teologia da liderança na igreja. Especificamente, Allison argumenta:

17

As capacidades de liderança energizadas pelo Espírito são atividades e ministérios orientados para a manutenção de pactos e formação e desenvolvimento da comunidade: discernir a vontade de Deus para a igreja e comunicar efetivamente esta visão a seus membros; conceituar, planejar, desenvolver e executar ministérios; motivar e equipar os membros da igreja para ministérios; administrar pessoas e suas atividades; alcançar um consenso substancial; antecipar e resolver problemas e conflitos; e outros elementos administrativos similares.¹²

18

É certo que centenas de definições de várias perspectivas e orientações são oferecidas na teoria da liderança em um esforço para articular o que constitui um líder e uma liderança eficaz. Liderança eficaz é muito mais do que usar um título, ocupar um escritório ou assegurar um cargo. Liderança, em termos simples, é influência. No entanto, dentro de uma estrutura de liderança, a liderança posicional identificável é justificada.

¹⁰ H. Richard Niebuhr, *The Purpose of the Church and Its Ministry* (New York: Harper, 1956), 64.

¹¹ L. Gregory Jones e Kevin R. Armstrong, *Resurrecting Excellence: Shaping Faithful Christian Ministry* (Grand Rapids: Eerdmans, 2006), 83.

¹² Gregg R. Allison, *Sojourners and Strangers: The Doctrine of the Church*, ed., John S. Feinberg (Wheaton: Crossway, 2012), 417.

Um Fundamento Bíblico de Liderança

19

A liderança é uma premissa bíblica inconfundível. No Novo Testamento, o apóstolo Paulo identifica os dons ministeriais depositados dentro da igreja. Especificamente, os dons mencionados por Paulo são “apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e doutores” (Efésios 4:11-15).¹³ Além disso, as Epístolas Pastorais indicam papéis ministeriais de “anciãos”, especificamente, “bispos” (1 Timoteo 3: 1-7; Tito 1: 5-9) e “diáconos” (1 Timoteo 3: 8-13). Assim, Tito é instruído por Paulo a estabelecer anciãos em cada cidade de Creta (Tito 1:5). A ordenação/nomeação de anciãos/líderes parece ser a prática de uma sistematização de liderança no primeiro século, igreja apostólica. “E, havendo-lhes por comum consentimento eleito anciãos em cada igreja, orando com jejuns, os encomendaram ao Senhor em quem haviam crido” (Atos 14:23). Paulo, em sua carta aos Filipenses, dirige-se aos santos/crentes da igreja e seus líderes, os bispos e diáconos (Filipenses 1:1).

20

O foco deste fundamento bíblico está no papel ocupacional e de serviço dos bispos, em particular. Consequentemente, Paulo oferece os pré-requisitos para os bispos que lideram a igreja em várias manifestações de posições hierárquicas. J. Oswald Sanders, em seu livro intitulado *Spiritual Leadership: Principles of Excellence for Every Believer* (Liderança Espiritual: Princípios de Excelência para Todo Crente), fornece uma categorização útil dos pré-requisitos bíblicos. Eles são: (1) qualificações sociais, (2) qualificações morais, (3) qualificações mentais, (4) qualificações de personalidade, (5) qualificações domésticas, e (6) maturidade.¹⁴

Liderança na Eclésia

21

Como reconhecido na seção intitulada “Uma Teologia da Liderança”, é o Deus Trino que chama os indivíduos para o serviço. Este chamado de Deus ao ministério em geral, e a um trabalho específico em particular, tem sido historicamente visto pela Igreja de Deus da Profecia como teocracia. Em termos simples, a teocracia é a regra de Deus. Enquanto os princípios da teocracia são bíblicos, a aplicação da teocracia pode tornar-se distorcida dada a natureza humana/pecaminosa. Ou seja, nem todas as ações rotuladas como teocráticas são de fato a vontade de Deus. Com esta admissão vem o desafio de buscar a vontade de Deus com o coração aberto, discernindo Sua liderança com base no princípio do discernimento fundamentado na multidão de conselheiros (Provérbios 11:14; 15:22; 20:18).

22

Na Igreja de Deus da Profecia, dois tipos de processos de liderança posicional são identificados: 1) Líderes Selecionados, 2) Líderes Nomeados. Os dois termos são parte integrante para a pesquisa, discussão e recomendações neste relatório. Consequentemente, o foco desta seção são os bispos que cumprem um papel posicional, seja como um líder selecionado ou como um líder nomeado.

¹³ A Igreja de Deus da Profecia entende que os apóstolos e profetas são posições fundacionais de liderança na construção da igreja. Embora não reconheçamos apóstolos e profetas, reconhecemos que as pessoas, às vezes, funcionam de forma apostólica e/ou profética.

¹⁴ J. Oswald Sanders, *Spiritual Leadership: Principles of Excellence for Every Believer* (Chicago: Moody Publishers, 2007), 44-52. Ao invés de aumentar a extensão deste documento, os leitores são encorajados a se familiarizarem com estas qualificações, conforme delineado por Sanders.

Líderes Seleccionados

- 23 Os líderes seleccionados são indivíduos escolhidos para ocupar um determinado cargo por um grupo constituinte dentro do Igreja de Deus da Profecia. Esses líderes não são nomeados para sua função posicional por um líder hierárquico supervisor. Os líderes seleccionados incluem: (1) O Bispo Presidente e (2) O Presbítero Geral.
- 24 1. O Bispo Presidente. O Bispo Presidente é seleccionado de acordo com o processo delineado pela Assembleia Internacional. Os detalhes deste processo estão enumerados no *Documento de Governo do Presbitério Internacional*. Em poucas palavras, o Bispo Presidente passa por um processo de seleção dentro do governo do Presbitério Internacional. Uma vez seleccionado um candidato final, ele é apresentado à Assembleia Internacional. O Bispo Presidente é finalmente seleccionado pela Assembleia Internacional em um processo de unanimidade. Ele não é nomeado.
- 25 2. Presbítero Geral. Um Presbítero Geral, que em conjunto com o Bispo Presidente tem a supervisão de uma determinada área do mundo, é seleccionado e confirmado pelo Presbitério Internacional de acordo com os parâmetros delineados no *Documento de Governo do Presbitério Internacional*. Sua confirmação para essa função é anunciada à Assembleia Internacional. Os Presbíteros Gerais auxiliam o Bispo Presidente em suas respectivas funções, fornecendo aconselhamento e apoio. Entretanto, há apenas um Bispo Presidente nesta Igreja. Como um Presbítero Geral não é seleccionado ou confirmado pela Assembleia Internacional, o corpo do Presbitério Geral não é o ofício do Bispo Presidente. Os Presbíteros Gerais são seleccionados, não nomeados.

Líderes Nomeados

- 26 Os líderes nomeados incluem todos os líderes restantes na Igreja de Deus da Profecia. Em termos estruturais, os líderes nomeados incluem diretores executivos dos Escritórios Internacionais e Diretores Translocais, Bispos Nacionais/Regionais/Estaduais, pastores, líderes locais e outros integrantes do pessoal.¹⁵ As nomeações são feitas pelo líder da supervisão durante o processo de consultas.¹⁶

Presbitérios

- 27 A estrutura de governo desta Igreja, conforme aprovada pela Assembleia Internacional, é a seguinte: (1) Assembleia Internacional, (2) Presbitério Internacional, (3) Presbitério Geral.¹⁷ A Assembleia Internacional é o mais alto órgão de supervisão desta Igreja. O Presbitério Internacional supervisiona o Presbitério Geral. O Presbitério Geral é composto pelo Bispo Presidente e Presbitérios Gerais e fornece supervisão

¹⁵ Favor observar que os limites de mandato, se aceitos pela Assembleia Internacional, não se aplicam aos integrantes do pessoal/nomeados do Escritório Nacional/Regional/Estadual, aos supervisores distritais, aos pastores e pessoal e nomeados da igreja local.

¹⁶ *Ministry Policy Manual* (Manual de Normas para o Ministério): 2018, 31.

¹⁷ *Ministry Policy Manual* (Manual de Normas para o Ministério): 2018, 31.

diária, conforme delineado pela Assembleia Internacional e pelo Presbitério Internacional.

Presbitério Internacional

28 O Presbitério Internacional é composto pelo Bispo Presidente, Presbitérios Gerais, Bispos Nacionais/Regionais/Estaduais, os dois Diretores Executivos nos Escritórios Internacionais, e os Diretores Translocais nos Escritórios Internacionais.¹⁸

Presbitério Geral

29 O Presbitério Geral é composto pelo Bispo Presidente e por todos os Presbitérios Gerais.¹⁹

Resumo dos Líderes Seleccionados e Nomeados

30 Há duas estruturas de liderança posicional na Igreja de Deus da Profecia. Um é selecionado. O segundo é nomeado. Os líderes que são selecionados incluem apenas o Bispo Presidente e os Presbitérios Gerais.

Sucessão de liderança na Eclésia

31 Uma discussão sobre liderança na Eclésia engloba a duração do mandato. Teoricamente, o mandato por tempo indeterminado tem sido praticado por esta Igreja durante décadas. A natureza de tempo indeterminado tem sido pragmática, na melhor das hipóteses. Embora alguns possam afirmar que a sucessão de liderança sufoca a liderança do Espírito, este não é o sentimento do Comité. Pelo contrário, acreditamos que a sucessão de liderança fornece a estrutura para o Espírito liderar, identificando líderes competentes que estão aptos.

32 Atualmente, um período inicial de seis anos se aplica ao cargo de Bispo Presidente. No entanto, a lógica afirma que ele é selecionado por um termo indeterminado, deixando o mandato completamente indeterminado. O período inicial de serviço de um Presbítero Geral consiste em quatro anos. O tempo designado de serviço dos líderes nomeados (diretores de Escritórios Internacionais, bispos nacionais/regionais/estaduais, pastores) é de dois anos. Cada um desses mandatos é teoricamente de duração indeterminada. Embora o Comité aplauda a longevidade, especialmente no pastorado local, não devemos ignorar o potencial de habituação, estagnação e falta de uma visão nova. Ou seja, a longevidade por si só, em qualquer função de liderança, não garante a produtividade. É certo que um líder a longo prazo pode proporcionar estabilidade a uma organização. No entanto, a estabilidade desacompanhada de uma liderança visionária muitas vezes resulta em calcificação. “A cultura da igreja pode endurecer, diminuindo a capacidade de mudança, tornando-se interiormente focada e perdendo qualquer impulso missionário que tenha prevalecido

¹⁸ *Documento de Governo Revisto em julho de 2016, no Ministry Policy Manual (Manual de Normas para o Ministério): 2018, 125.*

¹⁹ *Ministry Policy Manual (Manual de Normas para o Ministério): 2018, 19*

no início do ... mandato [do líder]”.²⁰ Além disso, a disciplina de psicologia e a teoria da liderança nos informam que a natureza humana tende a preservar, proteger e isolar o seu estatuto e posição em vez de ser intencional ao passar a responsabilidade da liderança a um novo líder.

33

Para ter certeza, não há nenhum comando nas Escrituras para limites de mandato. Entretanto, há um comando de sucessão de liderança. Em realidade, a sucessão de liderança sugere que continuidade não é só saudável para uma organização, mas também deveria ser normativa. Na política econômica do Antigo Testamento, os levitas pareciam praticar uma forma de limites de mandato (Números 8:23-26). Os dois principais deveres dos Levitas incluíam (1) a desmontagem e remontagem do tabernáculo móvel, e (2) serviço de guarda ao redor dos perímetros do tabernáculo.²¹ É evidente que as idades de entrada e saída para os levitas não eram estáticas. Os requisitos de idade mudaram de tempos em tempos e até mesmo de tempos pré-exílicos para pós-exílicos (Números 4:3, 23, 30; 8:23-26; 1 Crônicas 23:24, 27; 2 Crônicas 31:17; Esdras 3:8). A partir destes ajustes, pode-se inferir que Israel era capaz de ajustar os requisitos de idade conforme fosse apropriado para o tempo e a necessidade específica. O comentarista Timothy Ashley sugere que Israel pode ter “descoberto que homens de trinta anos de idade eram geralmente mais maduros espiritualmente que homens de vinte e cinco, e que esta maturidade espiritual era necessária no trabalho de carregar as coisas sagradas (o trabalho ao qual se aplicam os limites de idade)”.²²

34

Embora o Comitê não esteja sugerindo o método levítico como uma hermenêutica prescritiva para um período específico de serviço em um determinado cargo na igreja, reconhecemos o caráter descritivo do limite de mandato levítico. Uma vez que o apóstolo Paulo declarou enfaticamente que “toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa...” (2 Timóteo 3:16), deveríamos permitir que esta passagem que, pelo menos informe e contribua para nossa discussão sobre a sucessão de liderança. Mais uma vez, não adotamos Números como sendo prescritivos, mas descritivos. No entanto, dentro do aspecto descritivo, há a admissão de que a prática dos levitas é digna de reflexão. Além disso, parece haver simplesmente certa amplitude de métodos e modelos de liderança proporcionado ao povo de Deus. Esta tem sido certamente a prática desta Igreja ao longo de nossa história. Os modelos que serviram bem a esta Igreja por um tempo foram substituídos por métodos mais modernos e apropriados para as estações em que uma geração em particular lidera. Cada detalhe e método de liderança não são delineados de forma sucinta nas Escrituras. Por exemplo, em 1983, na 78ª Assembleia, o Comitê de Questões e Assuntos (agora Doutrina Bíblica e Governo) recomendou o seguinte:

35

“Sentindo a necessidade de aumentar a estatura do cargo de bispo na Igreja, recomendamos que a idade mínima para um bispo a partir de agora seja fixada em 30 [trinta] anos de idade. ‘Não noviço, como mencionado por Paul como uma exigência para este cargo, indicaria a

²⁰ William Vanderbloemen and Warren Bird, *Next: Pastoral Succession That Works* (Grand Rapids: Baker Books, 2014), 62.

²¹ Timothy R. Ashley, *The New International Commentary on the Old Testament: The Book of Numbers*, eds., R. K. Harrison e Robert L. Hubbard (Grand Rapids: Eerdmans, 1993), 174.

²² Ashley, *Book of Numbers*, 174.

necessidade de maturidade.... Aqueles que já foram licenciados como bispos... não seriam afetados por esta recomendação”.²³

36 Assim, a Assembleia aprovou a recomendação estabelecendo um requisito de idade mínima para um bispo. Trinta anos de idade continua sendo a idade mínima exigida para a ordenação de um bispo.²⁴ Não há nenhuma escritura que possa ser citada para indicar que esta é a idade bíblica. De fato, se tentássemos citar uma, seríamos responsáveis pela revisão de texto. Conseqüentemente, embora em questões de doutrina e teologia, a Bíblia é certamente a nossa regra de fé, quando se trata da implementação de diretrizes para o mandato de liderança, parece haver uma liberdade concedida ao povo de Deus para tomar decisões baseadas em princípios organizacionais saudáveis.

37 Conseqüentemente, os requisitos de idade e mandato são medidas adotadas pela Eclésia e podem evoluir de tempos em tempos conforme a necessidade e a cultura de liderança determinarem. A sucessão de liderança permite aos líderes atuais um período máximo possível de liderança em uma determinada função, permitindo-lhes planejar estrategicamente não apenas para seu mandato de liderança, mas também para sua transição. Além disso, proporciona esperança para os líderes da próxima geração que são competentes e estão em processo de se equiparem para futuras oportunidades de liderança. Cada líder que surge será um dia um líder que está partindo. “Não é uma questão de se, mas de quando”.²⁵

38 A aceitação dos ciclos da vida e a adoção das estações de liderança são fundamentais para a integridade da *imago Dei*. Tanto o líder individual quanto a Eclésia podem realizar este objetivo não apenas celebrando os inícios, mas também celebrando e normalizando os momentos finais. “A vida é composta de ciclos e estações. Nada dura para sempre... Quando aceitamos isso como uma verdade fundamental, podemos alinhar nossas ações com nossos sentimentos, nossas crenças com nossos comportamentos, para aceitar como as coisas são”.²⁶

Pipeline de liderança

39 Um pipeline de liderança garante a continuidade da liderança, especialmente durante períodos de transição. Quando existe um pipeline de liderança saudável e forte em uma organização, ela ajuda no objetivo geral de desenvolvimento da liderança. Conseqüentemente, o resultado se torna no processo de desenvolvimento de líderes em potencial, emergentes e atuais, em vez de simplesmente colocar líderes de baixa qualificação em cargos vagos. Quando a “demanda por liderança excede em muito a oferta”,²⁷ deve ocorrer uma mudança no desenvolvimento intencional da liderança. Para alcançar este objetivo, porém, é necessário “criar e cuidar da cultura distinta de

²³ *Minutes of the 78th Annual Assembly of the Church of God of Prophecy* (Cleveland, TN: White Wing Publishing House, 1983), 137.

²⁴ *Ministry Policy Manual* (Manual de Normas para o Ministério): 2018, 104.

²⁵ Vanderbloemen and Bird, *Pastoral Succession*, 137.

²⁶ Henry Cloud, *Necessary Endings* (New York: HarperCollins, 2010), 40–41.

²⁷ Ram Charan, Stephen Drotter, and James Noel, *The Leadership Pipeline: How to Build the Leadership-Powered Company* (San Francisco: Jossey-Bass, 2001), 1.

uma igreja ou organização”.²⁸ Integral a este processo é uma discussão saudável e a implementação do planejamento da sucessão. O planejamento da sucessão é:

40 “o processo intencional de transferência de liderança, poder e autoridade de um líder direcional para outro. A sucessão é quando um líder experiente faz a transição intencional e passa a liderança a outro. O planejamento de sucessão é a criação de um plano para o que acontecerá quando se necessita um novo líder, algo que todas as organizações enfrentam”.²⁹

41 A sucessão de liderança compreende que o princípio da liderança e a posição em si não giram em torno da personalidade de um único líder.

42 Especificamente, o termo “pipeline de liderança” refere-se à estratégia intencional de recrutar e investir em líderes em potencial, emergentes e atuantes, a fim de desenvolver características e habilidades de liderança de qualidade para líderes em todos os níveis. O planejamento da sucessão é incumbência de qualquer instituição que deseje ser eficaz em todas as gerações. Dessa forma, é responsabilidade dos Presbíteros Gerais identificar, discernir e recrutar pastores atuantes que possam ter o potencial efetivo para assumir a função de Bispo Nacional/Regional/Estadual.³⁰ De fato, concluímos que uma das principais responsabilidades de qualquer líder é identificar líderes em potencial, equipá-los, confiar-lhes responsabilidades e, por fim, oferecer-lhes a oportunidade de servir mesmo em posição que o próprio líder pode ocupar atualmente. Isso é sucessão de liderança. Falhar nessa área é falhar como líder. Os líderes fazem mais do que ocupar uma posição; eles lideram entregando a posição a líderes talentosos que tenham se preparado para levar a organização ao próximo nível. A posição de liderança deve perdurar e exceder o líder

43 Na sucessão de liderança, os bispos nacionais/regionais/estaduais da próxima geração precisarão de um processo de preparação e treinamento. Certamente, cada Presbítero Geral contará com sua equipe de pluralidade para auxiliar neste processo. De fato, encorajamos os bispos nacionais/regionais/estaduais mais experientes a se envolverem com os novos nomeados como mentores. Os bispos mais experientes poderão fornecer uma riqueza de sabedoria, experiência, conhecimento e sugestões práticas permitindo que os bispos recém nomeados “cresçam horizontalmente através [destas] alianças e parcerias”.³¹ Entretanto, temos certeza de que o líder com a principal tarefa de estabelecer um pipeline de liderança para futuros bispos nacionais/regionais/estaduais é o Presbítero Geral. Nenhuma outra importância é mais fundamental do que a capacidade de manter um pipeline de liderança cheia de líderes da próxima geração. “Desenvolver outros líderes é, ou pelo menos deveria ser, uma parte importante do trabalho de todo líder”.³² A capacidade de identificar, discernir e recrutar líderes talentosos de maneira eficaz para assumir a supervisão é crucial para a homeostase da liderança da igreja. Da mesma forma, a capacidade de um Presbítero

²⁸ Todd Adkins, *Creating and Curating a Recruiting Culture* (Nashville: Lifeway Christian Resources, 2018), 4.

²⁹ Vanderbloemen and Bird, *Pastoral Succession*, 10.

³⁰ O “Papel do Supervisor”, incluindo responsabilidades, função principal, sua nomeação, relacionamentos, qualificações, deveres administrativos, deveres de supervisão, deveres promocionais e deveres de nomeação estão delineados no *Ministry Policy Manual* (Manual de Normas para o Ministério): 2018, 27–32.

³¹ Charan, Drotter, and Noel, *Leadership Pipeline*, 3.

³² Charan, Drotter, and Noel, *Leadership Pipeline*, 10.

Geral de identificar, discernir e recrutar líderes que serão igualmente eficazes como bispos nacionais/regionais/estatais legitima a eficácia do próprio Presbítero Geral como líder. Paulo aconselhou o jovem bispo Timothy: “E o que de mim, entre muitas testemunhas, ouviste, confia-o a homens fiéis, que sejam idôneos para também ensinarem os outros” (2 Tim 2:2). Os especialistas em liderança observam que um líder eficaz é frequentemente identificado pela capacidade de atrair, desenvolver e reter na organização pessoas talentosas. Esta perspicácia das pessoas na liderança é evidenciada como tal “porque as pessoas que trabalham sob essa pessoa [o líder] são de alto calibre, estão energizadas e têm uma afinidade natural com o líder e querem vê-lo ter sucesso”.³³

44

Finalmente, advertimos que nem todo Pastor efetivo é necessariamente chamado aos deveres apostólicos e administrativos de um Bispo Nacional/Regional/Estadual. Isto não diminui o valor do líder. Ele/ela é uma imago Dei. Os líderes são simplesmente chamados a diferentes funções. Só porque um indivíduo é eficaz em um aspecto da liderança não significa que será eficaz em uma função de responsabilidade diferente. O desenvolvimento intencional e a implementação estratégica do pipeline de liderança são cruciais para a saúde de qualquer organização.

Vácuo na liderança

45

Um vácuo na liderança ocorre quando há mais posições disponíveis do que há indivíduos em potencial qualificados e devidamente aprovados para preencher essas posições de forma responsável. Atualmente, há aproximadamente 100 bispos servindo no Presbitério Internacional. De acordo com os dados demográficos fornecidos ao Comitê de Doutrina Bíblica e Governo pelo escritório do Bispo Presidente,³⁴ a média de mandato dos cargos nomeados é a seguinte:

Tabela TL-1: Mandato e Idade dos Bispos N/R/E por Áreas de Presbitério Geral

Informações demográficas fornecidas pelo escritório do Bispo Presidente (11 de maio de 2023)

Posição	Média de anos de serviço	Anos mais longos de mandato	Anos mais curtos de mandato	Média de idade	O mais jovem	O mais velho	Número acima dos 70 anos
Presbítero Geral	10	25	1 (x2) *	62	54	70	1
África	14	25 (x2)	1 (x2)	61	45 (x2)	75	1
Asia, Oceania	13	31	5	57	43	73	2
Caribe, Ilhas Atlânticas	13	31	3 (x2)	66	59	71	4

³³ Charan, Drotter, and Noel, *Leadership Pipeline*, 47–48.

³⁴ Os dados demográficos do Presbitério Internacional foram fornecidos ao Comitê de Doutrina Bíblica e Governo pelo escritório do Bispo Presidente, 11 de maio de 2023.

América Central, México, Caribe Espanhol	10	31	1	61	52	74 (x2)	2
Europa, CEI, Oriente Médio	11	25 (x2)	3 (x2)	55	41	69	0
América do Norte	12	49	1 (x7)	62	45	73 (x2)	5
América do Sul**	14	31	2	56	43	67	0

*x2 significa que há dois Bispos que correspondem a este valor numérico

**Diretor de Educação Continental incluído nos dados demográficos da América do Sul

46

Com base nestas informações, é concebível que em uma estrutura de sucessão de liderança e mandato, de um terço a metade dos bispos nacionais/regionais/estaduais poderiam ser substituídos em um determinado ano de nomeação da Assembleia. Esta alta porcentagem de transição de liderança, em um ano, tem o potencial de afetar negativamente a homeostase da continuidade da liderança e o progresso geral da Igreja. A fim de evitar a possibilidade de um vácuo de liderança e assegurar a homeostase, este Comitê conclui que a implementação do princípio de sucessão de liderança deve ser gradual. A primeira implementação é para líderes selecionados do Presbitério Internacional (Bispo Presidente e Presbíteros Gerais), Diretores Executivos nos Escritórios Internacionais, e membros do Comitê Permanente da Assembleia. Uma vez concluída esta implementação e aplicada ao Bispo Presidente, Presbíteros Gerais, Diretores Executivos e membros do comitê, conhecimentos adicionais e novos insights, incluindo tanto os desafios quanto os sucessos do mandato, podem ser reunidos e depois aplicados à implementação do mandato para bispos nacionais/regionais/estaduais. A abordagem de implementação gradual e específica não apenas considera a homeostase e o vácuo de liderança, mas também oferece um período de formação intencional para o fornecimento de um pipeline de liderança que identifica, educa, equipa e orienta líderes em potencial para futuras funções de liderança. Abaixo está um gráfico indicando as idades dos bispos nacionais/regionais/estaduais que atualmente servem sob nomeação dos respectivos Presbitérios Gerais.

Tabela TL-2: Categorização Etária dos Bispos N/R/S dos respectivos Presbitérios Gerais (2023)

Posição	40-49	50-59	60-69	70-79
Presbítero Geral		3	3	1
África	2	5	11	1
Asia/Oceania	4	2	5	2
Caribe/Ilhas Atlânticas	0	1	4	4
América Central, México, Caribe Espanhol	0	6	2	2

Europa, CEI, Oriente Médio	2	4	3	0
América do Norte	2	7	12	5
América do Sul	2	5	4	0

Observação: O Bispo Presidente não está incluído nesse gráfico demográfico.

Implementação gradual e específica

47

Em um esforço para aplicar a sucessão de liderança de forma gradual para garantir uma homeostase saudável da liderança em todos os níveis, uma estratégia intencional deve ser empregada. Consequentemente, é mais apropriado aplicar o processo de limites de mandato à menor proporção de líderes, com avaliações subsequentes contínuas, e depois passar para um grupo maior de líderes. Em uma abordagem hierárquica e visível que afeta a menor proporção de líderes, o impacto e a avaliação podem ser melhor medidos com o objetivo de garantir a homeostase. O objetivo final é que a sucessão de liderança seja aplicáveis tanto aos líderes selecionados quanto aos líderes nomeados.

48

A tabela a seguir indica o número de pessoas que ocupam os vários cargos de liderança nos quais os limites de mandato devem ser estabelecidos.

Tabela TL-3: Composição numérica do Presbitério Internacional e Comitês/Juntas Permanentes da Assembleia

Líder	Número
• Bispo Presidente	1
• Presbíteros Gerais	7
• Diretores Executivos dos Escritórios Internacionais	2
• Diretores Translocais	6* (pode variar)
• Bispos Nacionais/Regionais/Estaduais	100+ (pode variar)
Comitês Permanentes da Assembleia	
• Doutrina Bíblica e Governo	8
• Conselho de Administração Corporativo	12
• Finanças e Mordomia	8

*Esse número pode variar com base em nomeações, consolidações e/ou acréscimos de ministérios departamentais.

49

Consequentemente, este relatório recomendará que o número máximo de anos de serviço em uma determinada designação seja aplicado primeiramente aplicados ao cargo de Bispo Presidente (1), Presbíteros Gerais (7), Comitês Permanentes da Assembleia e Diretores Executivos dos Escritórios Internacionais, com avaliações contínuas a serem feitas pelo Comitê de Doutrina Bíblica e Governo. Uma vez concluídas as avaliações, o Comitê poderá então recomendar uma implementação secundária de limites de mandato à Assembleia Internacional para Diretores

Translocais nos Escritórios Internacionais e bispos nacionais/regionais/estaduais, respectivamente.

Estratégia de Saída

- 50 Por mais talentoso, eficaz e eloquente que seja um líder, todo líder fará a transição de sua função atual. A implementação e a gestão da sucessão de liderança de forma saudável e produtiva exigem a consideração da saída do líder de um determinado cargo/função. Neste contexto, a saída não implica necessariamente na aposentadoria de uma função de liderança pública, embora dependendo da idade e da preferência pessoal, a saída e a aposentadoria possam eventualmente coincidir. Entretanto, é muito provável que em um número substancial de casos, um determinado líder que tenha cumprido seu mandato continue a ter dons, talentos e anos para oferecer em serviço ao Senhor e a esta Igreja em um papel de liderança designada. No processo de rotatividade para a implementação das diretrizes da sucessão de liderança, os indivíduos que servem em um cargo selecionado ou nomeado devem ser capazes de servir ativamente, estrategicamente e com dignidade às necessidades contínuas de liderança desta Igreja.
- 51 Um foco saudável para uma estratégia de saída requer a participação do líder, do seu supervisor, do Presbitério Internacional e da comunidade eclesial em geral. A estratégia de saída não começa nos últimos meses ou mesmo no último ano do mandato de um líder em um determinado trabalho. *A estratégia de saída começa no primeiro dia em que o indivíduo assume uma nova função.* De fato, ela deve ser anterior a uma nova função. A sucessão de liderança pressupõe que haverá um dia em que o indivíduo não servirá mais em uma determinada função designada. Cada líder, qualquer que seja sua posição, é um líder interino.³⁵ Líderes têm predecessores e sucessores. *Líderes sábios planejam para o dia em que farão a transição de uma posição a outra.* A pessoa ocupa um cargo. A pessoa não possui o cargo.
- 52 Conseqüentemente, a estratégia de saída exige que enquanto o líder cumpre seu dever em uma função designada com dignidade, paixão e fidelidade, o líder deve reconhecer sua personalidade como uma *imago Dei* além da identidade e da confissão de uma função em particular. Assim, um líder é uma pessoa de valor não por causa de seu título ou função de liderança; ele é uma pessoa de valor porque é uma *imago Dei*. Nossas identidades, valores e autoestima não devem estar vinculados a uma função designada. Há o chamado, contribuições valiosas, oportunidades de liderança, unção e propósito antes de qualquer função de liderança específica nomeada ou selecionada. Haverá uma continuação destas mesmas qualidades pessoais após o cumprimento de um determinado trabalho. Em outras palavras, o cargo não deve criar o valor do líder. O líder tem valor intrínseco, não o cargo em si.
- 53 Dito isto, a Igreja de Deus da Profecia tem uma responsabilidade ética de criar intencionalmente um sistema de apreciação e oportunidade para um serviço contínuo significativo àqueles indivíduos que voluntariamente tenham oferecido seu tempo, talentos e serviço em trabalhos estratégicos de liderança nesta Igreja. Conseqüentemente, *a estratégia de saída não deve ser apenas responsabilidade do*

³⁵ Vanderbloemen and Bird, *Pastoral Succession*, 9.

indivíduo, também deve ser a obrigação da instituição, a Eclésia. Em muitos casos, os líderes não passaram por nenhum tipo de processo de candidatura, como é comum no ambiente empresarial/profissional. Líderes com responsabilidades de supervisão reconheceram as qualidades dentro do líder, o que correspondeu à necessidade atual do trabalho, e solicitaram ao indivíduo que deixasse sua função de liderança atual a fim de assumir um novo trabalho. Por causa de seu amor, devoção e disposição para levar avante o evangelho e a missão desta Igreja, muitos aceitaram voluntariamente o trabalho, relocaram a família e até receberam um salário menor para aceitar o pedido daqueles que estão acima deles no Senhor ou da grande Eclésia. Em alguns casos, esses trabalhos têm sido mais difíceis do que as anteriores. Em outros casos, esses trabalhos têm resultado em líderes que “arriscaram suas vidas” (Atos 15:26).

54

A resposta de Pedro ao Senhor, “deixamos tudo e te seguimos” (Mateus 19:27; Marcos 10:28; Lucas 18:28), poderia ser ecoada por muitos que têm servido fielmente as necessidades de liderança desta Igreja. Consequentemente, é uma questão de integridade e dignidade que esta Igreja se envolva em um processo de estratégia de saída que reconheça o serviço fiel, proporcione a oportunidade para o serviço contínuo e considere as necessidades financeiras dos líderes em transição, enquanto procede com graça e dignidade. A princípio do Novo Testamento de “uns aos outros” aplica-se aqui sem questionar. “Amai-vos uns aos outros” (João 13:34, 35; 15:12, 17; 1 João 3:11, 23; 4:7, 11, 12; 2 João 5). “Amai-vos cordialmente uns aos outros com amor fraternal, preferindo-vos em honra uns aos outros” (Romanos 12:10). “Tenham os membros igual cuidado uns dos outros” (1 Coríntios 12:25). “Levem os fardos pesados uns dos outros” (Gálatas 6:2 NVI). “Edificai-vos uns aos outros” (1 Tessalonicenses 4:9; 5:11; Hebreus 3:13; 10:25). “Amem-se sinceramente uns aos outros (1 Pedro 4:8, NVI). Nenhum líder nesta Igreja deveria sentir de maneira justificada que seu serviço tem sido um exercício utilitário e não é mais valorizado por esta comunidade eclesial. A cultura de nossa Igreja deve abraçar o valor do indivíduo. Jesus afirmou sucintamente este princípio no que é tradicionalmente chamado de Sermão da Montanha. “Portanto, tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós, porque esta é a lei e os profetas” (Mateus 7:12). Esta injunção bíblica deve governar a criação pela Igreja de uma estratégia de saída saudável dos líderes. Isto requer que os líderes em transição tenham tempo suficiente para se prepararem para a próximo passo em sua jornada de liderança.

55

Além disso, cabe ao próprio líder ser intencional no desenvolvimento de uma estratégia de saída personalizada. Em outras palavras, um líder não deve simplesmente relegar sua saída da posição de liderança na organização. Os líderes devem planejar e se preparar para sua própria saída de um cargo nomeado e/ou selecionado nesta organização. Uma abordagem intencional personalizada não apenas inclui um plano financeiro, mas uma visão estratégica que coloca em prática uma saída concebida da posição de liderança. A estratégia de saída pode incluir a mudança para outra função designada, na qual o líder encontrará formas criativas e gratificantes de continuar a ministrar e liderar efetivamente dentro desta Igreja utilizando seus talentos e dons. Oportunidade de serviço contínuo dentro desta Igreja deve ser disponibilizada aos líderes reconhecidos que transitam/mudam de um papel de liderança para outro. Em segundo lugar, a conclusão de um mandato específico pode incluir a aposentadoria. A aposentadoria das responsabilidades de liderança da posição deve ser celebrada nesta Igreja e não ser vista de forma negativa. Na nota de aposentadoria do serviço de liderança cristã de tempo integral, o professor cristão Gary M. Burge observa:

56 “Muitos fatores pesam na decisão da aposentadoria: finanças, saúde (mental e física), satisfação profissional, vida em geral, interesse e outras oportunidades que podem estar nos chamando para outro lugar. O cálculo na decisão sempre tem que levar estes fatores em conta e nunca é fácil. Para alguns, a aposentadoria antecipada pode ser o melhor. Outros estão ativos até os setenta anos ou mais”.³⁶

57 O nobre conselho de Burge para aqueles que consideram a aposentadoria do ensino em uma instituição educacional cristã também é instrutivo para aqueles em qualquer tipo de liderança cristã, incluindo a igreja e o ministério. Ele continua seu sábio conselho exortando seus colegas e líderes cristãos a se

58 aposentarem antes que tenham que se aposentar.... Aposentar antes que você tenha que se aposentar significa que os estudantes e colegas sentirão sua falta, eles não darão um suspiro de alívio. Haverá uma celebração, e você se sentirá apto a continuar com algo novo e interessante. Mas o que é verdade sobre a eficácia é duplamente verdade sobre a saúde. Queremos estar saudáveis na aposentadoria.³⁷

59 Um estudo denominacional descobriu que apenas um em cada quatro pastores (25%) tinha adotado planos para uma aposentadoria completa. Além disso, mais um em cada quatro (27%) indicou que não planejavam se aposentar de forma alguma. Entretanto, a realidade é que mesmo quando os pastores desejam se aposentar, ou são forçados a se aposentar por causa de problemas de saúde, muitos não planejam bem a aposentadoria.³⁸ Consequentemente, encorajamos todos os líderes a contratar uma empresa/assessor de planejamento financeiro respeitável na preparação para períodos inevitáveis da vida. A Igreja de Deus da Profecia oferece um plano de aposentadoria em que tanto o líder quanto o ministério ao qual ele serve podem contribuir.

60 A realidade é que as transições de liderança são desafiadoras e envolvem muitas variáveis diferentes. As transições não são processos “idênticos”, pois cada líder individual irá lidar com nuances emocionais, de liderança e financeiras. Entretanto, uma estratégia combinada de transição e/ou aposentadoria, tanto pelo líder quanto pela Igreja de Deus da Profecia, pode ajudar a mitigar estes desafios. O objetivo deve ser a transição com dignidade e graça. Aqueles encarregados de supervisionar as mudanças de liderança devem considerar e tratar os demais como eles desejam ser considerados e tratados. O princípio fundamental para a transição deve ser: “Estou tratando este líder da maneira que quero ser tratado quando eu fizer a transição?” Mais uma vez, cada um de nós é um líder interino. Nenhum de nós durará mais do que a organização.

³⁶ Gary M. Burge, *Mapping Your Academic Career: Charting the Course of a Professor's Life* (Downers Grove, IL: IVP Academic, 2015), 126, 127.

³⁷ Burge, *Mapping Your Academic Career*, 128–129.

³⁸ Vanderbloemen and Bird, *Pastoral Succession*, 12.

Recomendações para a sucessão de liderança – Fase Um

61 Oferecemos as seguintes recomendações para consideração e a sabedoria
coletiva da Assembleia Internacional com relação à sucessão de liderança, com a
ressalva de que a implementação será gradual.

62 1. Recomendação de sucessão de liderança para o ofício de Bispo
Presidente

63 O Primeiro termo do bispo Presidente será de seis anos, com a
possibilidade de um segundo termo de quatro anos permitindo um
possível mandato máximo de dez anos. Dez anos é o máximo, não a
garantia após a seleção para o ofício de Bispo Presidente. O mandato de
dez anos se aplica aos Bispos Presidente selecionados a partir de 2022.

64 O Bispo Presidente é selecionado e instalado por um período de
seis anos. Durante o quinto ano de seu mandato, o Bispo Presidente será
avaliado pelos membros do Presbitério Internacional de acordo com a
diretriz do *Manual de Normas para o Ministério*, em conformidade com os
parâmetros do Manual de Governo. Na conclusão do processo de
avaliação e da decisão subsequente do Presbitério Internacional, o bispo
Presidente deve ser reafirmado pelo Presbitério Internacional por um
período adicional de quatro anos. Nesse caso, o Presbitério Internacional
apresentará o Bispo Presidente à Assembleia Internacional para sua
aprovação e posse por um período adicional de quatro anos. A
Assembleia Internacional é a entidade que aprova e instala o Bispo
Presidente.

65 O fundamento para um máximo de dez anos se baseia nas
seguintes informações históricas sobre o mandato do Supervisor Geral/
Bispo Presidente:

- A. J. Tomlinson 1903-1943
- M. A. Tomlinson 1943-1990
- Billy D. Murray 1990-2000
- Fred S. Fisher, Sr. 2000-2006
- Randall E. Howard 2006-2013
- Sam N. Clements 2014-2022
- Timothy Coalter 2022 - presente

66 Um padrão surgiu ao longo das últimas quatro administrações de
Supervisor Geral (de Murray a Clements) onde mostra que o tempo mais
longo foi por um período de dez anos, ou seja, Billy Murray. Acreditamos
que essa evolução de uma década de serviço nesse ofício é um bom
padrão a ser adotado como tendo sido guiado pelo Espírito. Jesus
afirmou: “O vento assopra onde quer, e ouves a sua voz, mas não sabes
donde vem, nem para onde vai; assim é todo aquele que é nascido do
Espírito” (João 3:8). Acreditamos que cabe a qualquer pessoa que seja
guiada pelo Espírito observar e discernir padrões de desenvolvimento em
que o Espírito possa de fato estar influenciando e agindo sobre nossas
deliberações e decisões. No Concílio de Jerusalém, Tiago julgou que a
decisão do conselho “pareceu bem ao Espírito Santo e a nós” (Atos
15:28).

67

Um dos desafios que surgiu durante as administrações passadas é a questão de um mandato sem prazo determinado. Especificamente, esta foi uma preocupação expressada pelos líderes durante as administrações anteriores. Ao oferecer um mandato de serviço na atitude de sucessão de liderança, o Bispo Presidente pode trabalhar dentro da estrutura de um período de início e fim.

68

Um Bispo Presidente não é obrigado a servir por dez anos. Ele pode optar por servir apenas um mandato ou uma parte dos dez anos no máximo. Além disso, o Presbitério Internacional pode decidir por não reafirmar o Bispo Presidente em exercício para consideração de continuar por um segundo mandato.

69

No caso de uma crise global, continental ou regional devido a uma pandemia, guerra, desastre extremo, ou se um novo Bispo Presidente não puder ser identificado ao final de dez anos de serviço pelo atual Bispo Presidente, seu mandato pode ser estendido até dois anos além do prazo prescrito. Entretanto, os Presbíteros Gerais precisarão recomendar a extensão em consulta e com a orientação do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo. A recomendação será então feita ao Presbitério Internacional e será considerada ratificada por expressão de unanimidade feita pelo Presbitério Internacional. Se a Assembleia Internacional se reunir neste mesmo ano, a Assembleia aprovará ou não a recomendação para que o Bispo Presidente continue por mais dois anos. Se, devido a circunstâncias atenuantes, a Assembleia Internacional não se reunir no referido ano, a ratificação pelo Presbitério Internacional será suficiente.

70

Ao deixar o cargo de Bispo Presidente, pode ser considerada a possibilidade dele fazer a transição para um Bispo Nacional/Regional/Estadual ou para um pastorado local. Ele não deve fazer uma transição imediata para uma função nomeada como Diretor Executivo ou Diretor Translocal nos Escritórios Internacionais, ou Presbítero Geral. Um Bispo Presidente em transição não deve se candidatar a nenhum cargo durante sua transição.

71

Os candidatos que são considerados pelos membros do Presbitério Internacional para seleção para o cargo de Bispo Presidente devem ter, no mínimo, cinco (5) anos de experiência de liderança pastoral, com um mínimo adicional de cinco (5) anos de experiência como Bispo Nacional/Regional/Estadual. A experiência acima mencionada é a norma para candidatos ao cargo de Bispo Presidente. Pode haver uma rara e única circunstância atenuante na qual um candidato pode não ter a experiência mencionada acima. Neste caso, o candidato em potencial precisa ter uma liderança excepcional comprovada e a concessão deve ser recomendada pelos Presbíteros Gerais em consulta e orientação

com o Comitê de Doutrina Bíblica e Governo. Se aceito, o candidato poderá então ser aprovado e prosseguir no processo de qualificação para consideração pelo Presbitério Internacional. Novamente, essa cláusula seria rara e não normativa.

72

2. Recomendação de sucessão de liderança para o ofício de Presbitério Geral

73

a. Mandato para Presbíteros Gerais recentemente selecionados a partir de 2024

O prazo de um Presbitério Geral será de quatro anos com um prazo máximo de três (3) mandatos de quatro anos, ou total de doze anos. Um Presbitério Geral é selecionado e instalado por um período de quatro anos. No terceiro ano de seu mandato, o Presbítero Geral será avaliado pelos bispos sob sua supervisão direta (bispos N/R/E) e pelos membros do Presbitério Internacional e Diretores Executivos de acordo com a orientação do *Manual de Normas para o Ministério*, de acordo com os parâmetros do *Documento de Governo*. Na conclusão do processo de avaliação e da subsequente decisão do Presbitério Internacional, um Presbitério Geral poderá ser reafirmado pelo Presbitério Internacional por um prazo adicional de quatro anos, com um limite máximo de doze anos de serviço.

74

O mandato de um Presbitério Geral não é um efeito cumulativo de uma liderança selecionada ou nomeada. O máximo de doze (12) anos se aplica somente ao tempo em que serviu no cargo de Presbitério Geral. Os anos de serviço em outros cargos selecionados e nomeados não se aplicam aos doze anos, máximo de três mandatos. A cláusula de permanência de três mandatos (máximo de doze anos) entra em vigor imediatamente com a aceitação deste relatório e se aplica aos Presbitérios Gerais selecionados a partir de 2024.

75

Um Presbitério Geral não é obrigado a servir os doze anos. Ele pode optar por servir apenas um mandato ou uma parte dos anos máximos previstos. Além disso, o Presbitério Internacional pode optar por não reafirmar um Presbitério Geral para que continue por um segundo ou terceiro mandato.

76

Com respeito à sucessão de liderança, um Presbitério Geral pode fazer a transição para um pastorado local ou para um Bispo Nacional, Regional ou Estadual. Pode-se considerar o Presbitério Geral em transição para se tornar um Bispo Nacional/Regional/Estadual ou um pastor local. Um Presbitério Geral em transição não deve se nomear como um Bispo Nacional/Regional/Estadual. A decisão de nomeação fica a critério do novo Presbítero Geral, em consulta com o Bispo Presidente e a liderança da pluralidade do Presbítero Geral. Além disso, ele pode tornar-se Diretor Executivo ou Diretor

Translocal nos Escritórios Internacionais mediante nomeação pelo Bispo Presidente. No entanto, ele não deve buscar de forma ativa essas nomeações do Bispo Presidente e/ou dos colegas do Presbítero Geral. Além disso, todos os candidatos que forem considerados pelos membros do Presbitério Internacional para seleção para o cargo de Presbítero Geral deverão ter, no mínimo, cinco (5) anos de experiência de liderança pastoral, com um mínimo adicional de cinco (5) anos de experiência como Bispo Nacional, Regional ou Estadual. Pode haver uma rara e única circunstância atenuante na qual um candidato pode não ter a experiência mencionada acima. Neste caso, o candidato em potencial precisa ter uma liderança excepcional comprovada e a concessão deve ser recomendada pelos Presbíteros Gerais em consulta e orientação com o Comitê de Doutrina Bíblica e Governo. Se aceito, o candidato poderá então ser aprovado e prosseguir no processo de qualificação para consideração pelo Presbitério Internacional. Novamente, essa cláusula seria rara e não normativa.

77

No caso de uma crise global, continental ou regional devido a uma pandemia, guerra, desastre extremo, ou se um líder não puder ser identificado para uma determinada área e a transição ameaçar causar um efeito adverso significativo na continuidade e coesão de uma área do Presbítero Geral, um mandato poderá ser estendido até dois anos (apenas uma vez) além do limite prescrito. Entretanto, o Presbitério Geral precisará recomendar a prorrogação em consulta e com a orientação do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo. A recomendação será então feita pela área do Presbítero Geral para aprovação e será considerada ratificada com 80% (oitenta por cento) de apoio às expressões feitas pela área do Presbítero Geral. [OBSERVAÇÃO: essa porcentagem é dada para esse cenário específico e não deve ser considerada como padrão para decisões de unanimidade]. Esta extensão será então encaminhada ao Presbitério Internacional para aprovação final, seguindo as diretrizes estabelecidas no *Documento de Governo* do Presbitério Internacional.

78

Favor observar: A experiência pastoral não se aplica aos atuais Presbíteros Gerais. Esses requisitos se aplicam a todos os Presbíteros Gerais selecionados de 2024 em diante.

b. Mandato para os atuais Presbíteros Gerais

A sucessão de liderança/mandato começará a ser aplicados aos atuais Presbíteros Gerais em exercício antes 2024 com os seguintes os critérios:

80

- i. Os Presbíteros Gerais que tenham servido mais de 20 anos (2024) em suas respectivas funções como

Presbítero Geral concluirão seu serviço em 2026, de acordo com o mandato.

81

- ii. Os Presbíteros Gerais que tenham servido por 16-20 anos ou mais (2024) em suas respectivas funções como Presbítero Geral concluirão seu serviço em 2026. [OBSERVAÇÃO: A cláusula aplica somente se o Presbítero Geral é novamente aprovado para servir durante un processo de avaliação delineado, conforme delineado pelo *Manual de Governo* do Presbitério Internacional].

82

- iii. Os Presbíteros Gerais que tenham servido por 12-15 anos (2024) em suas respectivas funções como Presbítero Geral concluirão seu serviço em 2030. [KOBSEVAÇÃO: A cláusula se aplica somente se o Presbítero Geral for novamente aprovado para servir durante o processo de avaliação, conforme delineado pelo *Documento de Governo* do Presbitério Internacional.

83

- iv. Os Presbíteros Gerais que tenham servido por 8-11 anos (2024) em suas respectivas funções concluirão seu serviço em 2032. A cláusula se aplica somente se o Presbítero Geral for novamente aprovado para servir durante o processo de avaliação, conforme delineado pelo *Documento de Governo* do Presbitério Internacional.

84

- v. Os Presbíteros Gerais que serviram por dois anos ou menos (2024) em suas respectivas funções concluirão seu serviço em 2036. [NOTA: A cláusula se aplica somente se o Presbítero Geral for novamente aprovado para servir durante um processo de avaliação prescrito, conforme delineado no *Manual de Governo* do Presbitério Internacional].

85

- vi. NOTA: Como aludido acima, as datas projetadas aplicam-se aos Presbíteros Gerais, desde que sejam avaliadas e reendossado pelo Presbitério Internacional. É concebível que um Presbítero Geral não possa ser novamente aprovado antes das datas projetadas acima. Nesse caso, o mandato do Presbitério Geral terminará quando não for aprovado novamente. Com respeito à sucessão de liderança, um atual Presbítero Geral pode fazer a transição para um pastorado local ou para um Bispo Nacional/Regional/Estadual; entretanto, neste caso, ele não deve procurar de forma ativa tal nomeação como Bispo Nacional/Regional/Estadual. A decisão de nomeação fica a critério do próximo Presbítero Geral, em consulta com o Bispo Presidente e a equipe de liderança

do Presbítero Geral (equipe de pluralidade do Presbítero Geral ou Conselho Corporativo). Um Presbítero Geral em transição não deve se nomear como Bispo Nacional/Regional/Estadual.

86

O cálculo oferece **a todos os atuais Presbíteros Gerais uma isenção** do serviço máximo de três mandatos ou doze anos. Dependendo de quando um Presbítero Geral foi confirmado pela primeira vez e da duração atual de seu mandato, a isenção prevê um serviço contínuo em potencial como Presbítero Geral. O limite mínimo de serviço contínuo é de 14 (quatorze) anos. O limite máximo de serviço contínuo é de trinta (30) anos.

87

3. Recomendação de sucessão de liderança dos Comitês Permanentes da Assembleia

As recomendações desta seção se aplicam a todos os Comitês Permanentes da Assembleia, salvo se indicado de outra forma. Os Comitês Permanentes da Assembleia,³⁹ conforme estipulado pela Assembleia Internacional, são os seguintes:

Doutrina Bíblica e Governo (DBG)
Conselho de Administração Corporativo (CAC)
(anteriormente conhecido como Comitê Administrativo)
Finanças e Mordomia(F&M)

88

a. Mandato dos membros do comitê recém-nomeados para 2024 em diante

Os membros do comitê podem servir um mandato consecutivo contínuo de cinco termos (dois anos cada) por um total de dez anos no mesmo comitê/conselho. Uma vez que um membro não mais sirva em um comitê ou conselho, o membro do comitê/conselho não deverá servir em nenhum Comitê Permanente da Assembleia (Doutrina Bíblica e Governo, Conselho de Administração Corporativo e Finanças e Mordomia) por um mandato completo (dois anos). Após o término desse período de dois anos, um indivíduo pode servir em outro comitê ou conselho. Para retornar ao mesmo comitê ou conselho, o indivíduo deve ter um intervalo de quatro anos (ou dois termos). Nenhuma pessoa pode servir simultaneamente em dois ou mais Comitês Permanentes da Assembleia.

89

Nota referente aos constituintes do Conselho Corporativo: A composição do Conselho Corporativo deve ter igualdade de representação dos membros que 1) servem como

³⁹ *Ministry Policy Manual* (Manual de Normas para o Ministério) (2018), 10-15. Para obter uma descrição dos Comitês Permanentes da Assembleia e suas responsabilidades, consulte a referência acima. Além disso, o Manual será atualizado para refletir qualquer aprovação das recomendações acima que possam ser aceitas pela Assembleia Internacional.

Presbíteros Gerais e/ou Diretores Executivos ou outros nos Escritórios Internacionais e 2) aqueles que servem como pastor local, Bispo Nacional/Regional/Estadual ou outra capacidade de liderança. Como exemplo, se o Presbitério Geral e os Escritórios Internacionais forem representados por sete (7) membros do conselho, um número igual de sete (7) deverá vir de fora do Presbitério Geral e dos Escritórios Internacionais. O exemplo acima não é o limite total de membros do conselho (14) permitido, mas é oferecido para fins ilustrativos. O Conselho Corporativo também deve seguir a transição e o mandato de todos os seus membros, conforme indicado neste relatório dos Comitês Permanentes da Assembleia.

90

- b. Mandato dos membros do comitê atual (Doutrina Bíblica e Governo, Conselho de Administração Corporativo e Finanças e Mordomia)

A sucessão de liderança começará a ser aplicada aos membros do comitê que estiverem servindo antes de 2024 conforme está a seguir. Os seguintes são os critérios para o mandato dos atuais membros do comitê da Assembleia.

91

- i. Os membros do comitê que tiverem servido por mais de 12 anos (2024) em suas respectivas nomeações concluirão seus serviços como membros do comitê em 2026.

92

- ii. Os membros do comitê que tiverem servido por 10-11 anos (2024) em suas respectivas nomeações concluirão seus serviços como membros do comitê em 2028.

93

- iii. Os membros do comitê que tiverem servido por 8-9 anos (2024) em suas respectivas nomeações concluirão seus serviços como membros do comitê em 2030.

94

- iv. Os membros do comitê que tiverem servido 6-7 anos (2024) em suas respectivas nomeações concluirão seus serviços como membros do comitê em 2032.

95

- v. Os membros do comitê que tiverem servido por 4-5 anos (2024) em suas respectivas nomeações concluirão seus serviços como membros do comitê em 2034.

96

- vi. Os membros do comitê que tiverem servido 1-2 anos (2024) em suas respectivas nomeações concluirão seus serviços como membros do comitê em 2036.

97

vii. NOTA: Todos os membros do comitê servem na nomeação do Bispo Presidente. A fórmula acima não é uma garantia de anos de serviço nomeados. Ela indica o máximo de anos permitidos.

98

4. Recomendação do foco da estratégia de saída

Recomendamos que o Comitê de Finanças e Mordomia forneça uma estratégia intencional de remuneração financeira para aqueles que têm servido em um papel de liderança nomeado/ selecionado no que diz respeito ao Bispo Presidente, Presbíteros Gerais, Diretores Executivos.

99

Recomendamos que o Comitê de Finanças e Mordomia e o Conselho de Administração Corporativo colaborem com o Comitê de Doutrina Bíblica e Governo nas metas da estratégia de saída. O esforço cooperativo é permitir que o espírito e os parâmetros da estratégia de saída, tanto neste relatório quanto na intenção do Comitê de Doutrina Bíblica e Governo, sejam assegurados. Consequentemente, a estratégia de saída não ficará simplesmente a critério do Comitê de Finanças e Mordomia ou do Conselho de Administração Corporativo. A estratégia de saída e sua implementação será uma decisão conjunta com o Comitê de Doutrina Bíblica e Governo conduzindo e liderando o processo uma vez que o governo é de responsabilidade do Comitê. A colaboração é a meta valorizada aqui, em vez de criar uma resposta territorial isolada. Somos melhores e mais fortes quando trabalhamos juntos, e nossos líderes serão melhor cuidados quando trabalharmos juntos neste esforço.

100

5. Princípio fundamental

A Igreja de Deus da Profecia é, sem necessidade de apologia, um movimento e um povo do Espírito. A declaração da missão desta Igreja estipula isso: “A Igreja de Deus da Profecia é um movimento que exalta a Cristo, de santidade, cheio do Espírito, de todas as nações, de fazer discípulos, de plantação de igrejas com paixão pela união cristã”. Assim, abraçamos o empoderamento dos crentes pelo batismo do Espírito e a continuação dos dons. “Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo. E há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo. E há diversidade de operações, mas é o mesmo Deus que opera tudo em todos” (1 Cor 12:4-6). A natureza diversificada dos dons administrados pelo Espírito Santo orienta a Eclésia a uma vida e um ministério pneuma dinâmico. “Criada, reunida, equipada com dons e empoderada pelo Espírito Santo”,⁴⁰ a Igreja então aceita plenamente não apenas ser cheia do Espírito, mas ser dirigida pelo Espírito. O governo e as normas são diretrizes para

⁴⁰ Allison, *Sojourners and Strangers*, 117.

oferecer assistência e proteção na administração adequada das responsabilidades e ministérios, ao mesmo tempo em que oferecem padrões de responsabilidade e práticas aceitas. No entanto, devemos ser sempre sensíveis e flexíveis à direção do Espírito como discernido na dinâmica de uma multidão de conselheiros (Provérbios 11:14; 15:22; 24:6).

101

As medições e fórmulas contidas neste documento destinam-se a auxiliar no processo de discernimento de dons de liderança e unção. Se aceitos por esta Assembleia, os parâmetros e diretrizes para os limites de mandato neste documento são formalizados e se tornam nossa prática. Entretanto, em cada decisão, é inequivocamente o desejo deste Comitê e desta Igreja discernir a vontade de Deus, uma vez que confiamos plenamente no Espírito Santo. Embora devamos procurar seguir estas diretrizes para a sucessão de liderança, convidamos ao Espírito Santo para nos guiar em todos os assuntos. O Espírito Santo, assim como o vento, não pode ser contido. Jesus declarou: “O vento assopra onde quer, e ouves a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo aquele que é nascido do Espírito” (João 3:8). Além disso, somos instruídos na Escritura a sermos flexíveis:

102

“Ninguém deita remendo de pano novo em veste velha, porque semelhante remendo rompe a veste, e faz-se maior a rotura. Nem se deita vinho novo em odres velhos; aliás, rompem-se os odres, e entorna-se o vinho, e os odres estragam-se; mas deita-se vinho novo em odres novos, e assim ambos se conservam” (Mateus 9:16, 17).

103

Deus é soberano, e o governo não impede a intervenção divina quando discernida biblicamente e de forma sobrenatural. “A igreja não é constituída por intenções humanas, atividades e formas institucionais ou estruturais, mas pela ação do Deus Trino, realizada no Filho e no Espírito”.⁴¹ Nós, portanto, reconhecemos tanto a ação eclesial divina quanto a humana. De fato, o Espírito trabalha dentro das capacidades humanas. “Temos, porém, esse tesouro em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus e não de nós” (2 Coríntios 4:7). John Webster articulou que “a ação divina é pura criatividade, sem causa, espontânea, salvadora e eficaz; a ação humana, eclesiástica é derivada, contingente e indicativa”.⁴² Consequentemente, existem estruturas e normas que são humanamente inculcadas na vida da igreja, que não devem ser necessariamente consideradas desprovidas da unção do Espírito. É certo que pode haver momentos em que a igreja discerne o Espírito conduzindo além dos parâmetros de uma

⁴¹ John Webster, “The Self-Organizing Power of the Gospel: Episcopacy and Community Formation,” em *Word and Church: Essays in Christian Dogmatics* (New York: T&T Clark, 2001), 195.

⁴² Webster, “Self-Organizing Power of the Gospel,” 196.

determinada norma declarada. Se o Presbitério Internacional, em sessão, discernir por unanimidade que um Bispo Presidente em exercício deve continuar por uma extensão única de dois anos, e se o Bispo Presidente concorda com esse discernimento, o Presbitério Internacional tem então a liberdade de trazer esse discernimento para o plenário da Assembleia. A Assembleia Internacional ratificaria ou não então esse discernimento na dinâmica bíblica de uma multidão de conselheiros por um período claramente específico de serviço contínuo. Este discernimento pela Igreja e a continuação de um Bispo Presidente em exercício é entendido como sendo dirigido unicamente pelo Espírito e não se torna a norma para um Bispo Presidente continuar no cargo além do mandato indicado.

Recomendação de Avaliação em Preparação para a Fase Dois

104

Esta revisão, relatório e recomendações são um esforço de colaboração coletiva. As avaliações não são oferecidas atualmente devido à realidade de que a discussão sobre a sucessão de liderança está na fase inicial de possível implementação. Caso a Assembleia Internacional aprove as recomendações para adotar a Primeira Fase:

105

1. Recomendamos que o Comitê de Doutrina Bíblica e Governo seja encarregado da responsabilidade pela avaliação e ajustes necessários no futuro. Além disso, o Comitê será encarregado de participar do processo contínuo de avaliação e prestação de contas. Esta recomendação inclui o envolvimento do Comitê em um estudo e avaliação detalhados depois que a Fase Um tiver sido implementada e concluída. Após a conclusão da Fase Um em 2034, o Comitê deve finalizar sua avaliação, o estudo da homeostase eclesial, o desenvolvimento de um pipeline de liderança e a implementação de uma estratégia de saída positiva no que se refere à Fase Um. Como em qualquer avaliação e estudo, tanto as implicações positivas e/ou negativas da Fase Um devem ser especificamente identificadas e minuciosamente discutidas. O objetivo do estudo é identificar como o mandato podem afetar a saúde geral e a homeostase da Igreja de Deus da Profecia em geral, as estruturas organizacionais e de liderança, e os líderes. A avaliação acompanhará a implementação gradual do mandato e o processo de prosseguir com o objetivo de aplicar a sucessão de liderança aos Bispos Nacionais/Regionais/Estaduais. A implementação gradual é essencial para assegurar que um número significativo de transições do Presbitério Internacional não ocorra em um ciclo anual de Assembleia. Se o Comitê, em suas deliberações, julgar apropriado, poderá então levar à Assembleia Internacional de 2036 (ou a uma Assembleia subsequente se for necessário mais tempo) uma recomendação para a sucessão de liderança, fundamentos e especificações para os Bispos Nacionais/Regionais/Estaduais. Esta recomendação não exige que o Comitê faça a referida recomendação. Ela proporciona a possibilidade.

2. As recomendações da estratégia de saída deste relatório também se aplicarão aos Bispos Nacionais/Regionais/Estaduais caso o Comitê recomende, e uma futura Assembleia aprove a Fase Dois da sucessão de liderança. Consequentemente, recomendamos que o Comitê de Finanças e Mordomia inicie o processo de cálculo de uma remuneração financeira para Bispos Nacionais/Regionais/Estaduais, dados os parâmetros acima mencionados, para implementação de sua sucessão de liderança.

Seção Três

Estudos e recomendações sobre os sacramentos (ordenanças) A Ceia do Senhor: Perspectivas bíblicas, teológicas e práticas

Introdução

Em 2015, o Comitê de Doutrina Bíblica e Governo embarcou em uma grande tarefa de participar em “um estudo intensivo e minucioso dos sacramentos”. Estávamos fortemente convencidos que “precisávamos desesperadamente recuperar um conhecimento bíblico, doutrinário, histórico e prático dos sacramentos. Percebemos a necessidade de ajudar a inspirar e encorajar uma participação mais sagrada, fiel e frequente dos sacramentos em nossas igrejas...”.⁴³ O primeiro documento da série, “O sacramento do Lava-pés”, foi apresentado à Assembleia Internacional da Igreja de Deus da Profecia em 2018. Agora, humildemente apresentamos à 102ª Assembleia Internacional da Igreja de Deus da Profecia o segundo documento da série, “A Santa Ceia: Perspectivas bíblicas, teológicas e práticas”.

Sobre as ordenanças e os sacramentos

Ao longo de sua história, a Igreja de Deus da Profecia, como a maioria dos pentecostais, tem se referido aos atos sagrados do Batismo, da Santa Ceia e do Lava-pés como “ordenanças”. Entretanto, todos os pentecostais clássicos não usam uniformemente a mesma terminologia para estas práticas.⁴⁴ Uma definição de “ordenança” é “um uso, prática ou cerimônia prescrita”.⁴⁵ Um sinônimo para ordenança é “comando”.⁴⁶ De fato, o Batismo, a Ceia do Senhor e o Lava-pés são práticas da Igreja que foram ordenadas por Jesus Cristo (Mateus 28:19; Marcos 16:15-16; Mateus 26:26-27; Marcos 14:22-24; Lucas 22:17,

⁴³ Assembly Committee for Biblical Doctrine and Polity of the Church of God of Prophecy, “Introduction and Rationale for the Study of the Sacraments of the Church,” *Business Acts of the 100th International Assembly* (Church of God of Prophecy, 2018), 11

⁴⁴ Harold D. Hunter, “Ordinances, Pentecostal,” em *The New International Dictionary of Pentecostal and Charismatic Movements*, ed. Stanley M. Burgess (Grand Rapids: Zondervan, 2002), 947.

⁴⁵ Merriam-Webster.com Dictionary, s.v. “Ordinance,” accessed October 5, 2023, <https://www.merriamwebster.com/dictionary/ordinance>. (Traducida ao português)

⁴⁶ Oxford English Dictionary, s.v. “Ordinance,” accessed October 5, 2023, <https://www.oed.com/search/dictionary/?scope=Entries&q=ordinance>. (Traduzido ao português)

19-20; João 13:12-15; 1 Coríntios 11:23-26). Portanto, esses atos sagrados podem ser legitimamente chamados de ordenanças nesse contexto.

109

Um sacramento é “um rito cristão (como o batismo ou a eucaristia) que acredita-se ter sido ordenado por Cristo e que é considerado um meio de graça divina ou um sinal, ou símbolo de uma realidade espiritual.⁴⁷ Jesus Cristo deu o Batismo e a Ceia do Senhor à igreja primitiva como um meio de levar os crentes “à comunhão com Sua morte e ressurreição e, portanto, Consigo mesmo por meio do Espírito Santo” (Mateus 28:19-20; Atos 2:38; Romanos 6:3-5; 1 Coríntios 11:23-27; Colossenses 2:11-12). Esses atos sagrados são “a representação visível da palavra proclamada no querigma, e seu significado deve ser entendido como tal”.⁴⁸ É inevitável, então, que, com o tempo, esses atos sagrados passem a ser considerados como “comunhão no mesmo *mystērion* [mistério] do Verbo feito carne (I Timóteo 3:16), e sejam interpretados como a própria participação no mistério do relacionamento entre Cristo e sua igreja” (Efésios 5:32).⁴⁹ A palavra latina *sacramentum* tornou-se mais tarde a palavra proeminente, substituindo *mystērion*, usada em referência aos ritos sagrados, que ficaram conhecidos como sacramenta, ou sacramentos, ou coisas “separadas como sagradas”. Esse conceito afetou o significado dos ritos sagrados do Batismo e da Ceia do Senhor, pois eles passaram a ser “considerados como transmissores da graça em si mesmos, em vez de relacionarem os homens por meio da fé em Cristo”.⁵⁰

110

Posteriormente, Agostinho deu nuances ao significado de sacramento “como uma ‘palavra visível’ ou um ‘sinal exterior e visível de uma graça interior e espiritual’”.⁵¹ Essa definição está muito mais próxima do entendimento protestante/evangélico/pentecostal dos sacramentos. Para a maioria dos pentecostais, os sacramentos são “ritos externos dirigidos pelas Escrituras e observados pelo povo de Deus reunido”.⁵² Nos círculos pentecostais, o “sacramento” é usado “de forma cognitiva/simbólica, em vez de causal, o que poderia sugerir que a salvação é transmitida *ex opere operato* [pelo trabalho realizado⁵³], por meio da administração do sacramento”.⁵⁴

111

Embora pentecostalismo tenha tradicional e formalmente evitado qualquer coisa associada com sacramentalismo, as primeiras publicações dentro do movimento revelam que os pentecostais têm se envolvido historicamente no conhecimento e prática sacramental. Os sinais externos e visíveis da graça interior e espiritual estão abundantemente presentes na prática pentecostal.

⁴⁷ Merriam-Webster.com Dictionary, s.v. “Sacrament,” acessado em 6 de outubro de 2023, <https://www.merriamwebster.com/dictionary/sacrament>. (Traduzido ao português)

⁴⁸ R. S. Wallace, “Sacrament,” em *Evangelical Dictionary of Theology*, ed. Walter A. Elwell (Grand Rapids: Baker Book House, 1984), 965.

⁴⁹ Wallace, “Sacrament”, 965.

⁵⁰ Wallace, “Sacrament”, 965.

⁵¹ Wallace, “Sacrament”, 965.

⁵² Hunter, “Ordinances, Pentecostal”, 947.

⁵³ “Ex Opera Operato,” The Episcopal Church, de *An Episcopal Dictionary of the Church*, ed. Don S. Armentrout e Robert Boak Slocum (New York: Church Publishing, Inc., 2000), acessado em 13 de outubro de 2023, <https://www.episcopalchurch.org/glossary/ex-opere-operato/>.

⁵⁴ Hunter, “Ordinances, Pentecostal”, 947.

Ungimos os doentes com óleo, impomos as mãos sobre eles em oração, e esperamos a cura física (Tiago 5:14, 15; Marcos 6:13). Ungimos panos para ser enviados aos doentes, e ao colocar esses panos sobre eles, esperamos sua cura (Atos 19:12). Ordenamos aqueles que foram chamados por Deus para o ministério, impondo as mãos sobre eles, orando e esperando que o Espírito Santo lhes conceda dons espirituais para o ministério (1 Timóteo 4:14). Batizamos os convertidos nas águas para que sua obediência a Cristo e sua confissão e identidade com Ele possam confirmar e fortalecer sua confissão (Romanos 6:4; 1 Pedro 3:21). Alguns teólogos pentecostais e carismáticos até consideram as línguas em termos sacramentais. Frank D. Macchia escreve:

112

Alguns teólogos se referem aos sacramentos como “sinais” ... como meios rituais pelos quais Deus recebe os fiéis e torna a graça e o amor divinos presentes à experiência. Assim, alguns têm visto o termo “sinal”, especialmente quando definido sacramentalmente, como uma forma de descrever as línguas... Em parte, a compreensão “sacramental” das línguas procura explicar a conexão integral entre a profundidade e a amplitude potenciais da experiência do batismo no Espírito e a expressão simbólica das línguas...⁵⁵

113

Em outras palavras, falar em línguas é um sinal externo (e audível) de uma graça operacional interna do Espírito Santo e pode, portanto, ser compreendido de forma sacramental.

114

Quando lavamos os pés uns dos outros, recebemos a bênção do favor de Deus e aprendemos a humildade e o serviço com o exemplo de Cristo (João 13:12-17). Comemos o pão e bebemos do cálice da Comunhão para desfrutar da comunhão espiritual com Cristo e Seu corpo, a igreja (1 Coríntios 10:16-17). Ao longo da história do movimento pentecostal, essas e outras ações externas têm sido realizadas na expectativa de manifestações internas e externas de Deus por meio do Espírito Santo. Os pentecostais têm observado essas práticas sagradas como formas de “encontrar e imitar o Jesus ressuscitado e a mediação da graça da presença transformadora divina. Esses ritos nunca foram meramente cerimoniais ou memorialísticos, embora seu rico simbolismo não tenha sido perdido pelos fiéis”.⁵⁶

115

I. Terminologia

A noite anterior à traição, Seu sofrimento e morte, Jesus desejou sinceramente celebrar Sua última Páscoa com Seus discípulos. No final dessa ceia, Jesus instituiu outra a ser celebrada entre os cristãos até Sua segunda vinda. Os cristãos usam os seguintes termos para referir a esta ceia:

⁵⁵ Frank D. Macchia, *Groans Too Deep for Words: Towards a Theology of Tongues as Initial Experience*, PDF file, accessed October 17, 2023, <https://www.aptspress.org/wp-content/uploads/2018/06/98-2-macchia.pdf>.

⁵⁶ Chris E. W. Green, *Toward a Pentecostal Theology of the Lord's Supper: Foretasting the Kingdom* (Cleveland, TN: CPT Press, 2012), 177–178.

- 116
- **A Ceia do Senhor** faz lembrar do sofrimento e morte na cruz de nosso Senhor Jesus e a seriedade ao redor da noite da instituição da Ceia (1 Coríntios 11:20).
- 117
- **A Comunhão** enfatiza a participação no corpo partido e no sangue de Cristo compartilhado pela comunidade de adoradores.
- 118
- **A Eucaristia** significa “dar graças”. Na preparação e celebração da ceia, o ministro e os fiéis reunidos agradecem a Deus por ter enviado Seu Filho para dar a vida pelo perdão dos pecados e pela nossa salvação (1 Coríntios 11:24).
- 119
- **O Partir do Pão** enfatiza a presença de nosso Senhor ressuscitado na celebração da ceia na Mesa do Senhor. O partir do pão reflete as ações de Cristo ao partir e distribuir o pão aos discípulos em suas aparições após a ressurreição. Na celebração da refeição, partir o pão é um sinal de identificação da presença do Senhor (Atos 2:42, 46).⁵⁷

120

II. O Seder da Páscoa: O contexto para a instituição da Ceia do Senhor

Jesus instituiu a Ceia do Senhor na noite em que celebrou a Páscoa com seus discípulos pela última vez antes de sua morte na cruz (Mateus 26:17-30; Marcos 14:12-26; Lucas 22:7-23; João 13:1-2). Jesus era um judeu praticante e estava acostumado a celebrar a Páscoa em Jerusalém com Sua família desde a infância (Lucas 2:41).

121

A Páscoa é um festival de sete dias⁵⁸ na primavera que celebra a libertação dos filhos de Israel após quatrocentos anos de escravidão no Egito, conforme registrado em Êxodo 12-14.⁵⁹ O Seder (ceia) da Páscoa é realizado na primeira noite do festival da Páscoa. Cada celebração tem três focos: passado, presente e futuro.

122

O passado

A Páscoa é uma celebração que recorda os atos poderosos de Deus na libertação dos judeus do Egito e a morte do primogênito de cada família que não tivesse colocado o sangue do cordeiro da Páscoa nas ombreiras e vergas de suas casas. Portanto, a Páscoa é uma lembrança e uma celebração de um evento histórico passado.

123

O presente

Na celebração da Páscoa, cada participante se coloca na narrativa como se tivesse sido libertado do Egito. Isso envolve uma conexão

⁵⁷ Robert E. Webber, ed., *The Complete Library of Christian Worship*, vol. 3, *The Renewal of Sunday Worship* (Peabody: Hendrickson Publishers, Inc., 1993), 252; Chris E. W. Green, *Lord's Supper*, 210–217.

⁵⁸ Alguns judeus estendem o festival para oito dias. Veja Wayne Dosick, *Living Judaism: The Complete Guide to Jewish Belief, Tradition, and Practice* (New York, NY: HarperSanFrancisco, 1995), 162, 167, 173–174.

⁵⁹ Dosick, *Living Judaism*, 162.

pessoal e corporativa com as pessoas e os eventos recordados na Páscoa e uma celebração dos benefícios contínuos dessa libertação.⁶⁰

O futuro

124

Após a ceia da Páscoa (Seder), os participantes proclamam: “Ano que vem em Jerusalém!” Por quase 2.000 anos, os judeus da diáspora oraram para que, assim como os filhos de Israel peregrinaram por quarenta anos no deserto e finalmente foram levados à Terra Prometida, eles também retornassem à terra de Israel. Sua oração foi respondida com o estabelecimento do moderno Estado de Israel em 1948.⁶¹

125

Além disso, a proclamação “No ano que vem, em Jerusalém!” expressa a esperança e a oração da redenção final, pois “‘Jerusalém’ passou a significar não apenas a cidade terrena de Jerusalém, mas também uma ‘Jerusalém eterna’, um símbolo de paz e perfeição suprema”.⁶² Esse é um conceito tanto do judaísmo quanto do cristianismo (veja Apocalipse 21:9-27).

126

Jesus expressou enfaticamente Seu desejo de celebrar Sua última Páscoa com seus discípulos (Lucas 22:14-16). De acordo com a tradição, Jesus teria compartilhado o seder de cordeiro assado, pão asmo e ervas amargas com seus discípulos (Êxodo 12:5-8).

127

O cenário e o contexto da instituição da ceia não foram arbitrários ou coincidentes. Pelo contrário, o registro bíblico que engloba o evento da Páscoa, o êxodo dos israelitas da escravidão no Egito (Êxodo 12-14) e a celebração anual do Seder da Páscoa pelos judeus prefiguram a instituição da Ceia do Senhor por Cristo e Sua celebração pelas gerações subseqüentes de cristãos. As ações da Páscoa – o abate de um cordeiro, a aplicação de seu sangue nas ombreiras e vergas das casas dos israelitas para salvar da morte o primogênito de cada família, o consumo de sua carne compartilhada em uma refeição familiar – prefiguram “o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (João 1:29), cuja morte é lembrada na Ceia do Senhor. A correlação entre o abate do cordeiro da Páscoa e a morte de Jesus na cruz para a salvação de todos os que creem Nele é inevitável. O apóstolo Paulo, de fato, escreve: “... Cristo, nossa

⁶⁰ Dosick, *Living Judaism*, 163–164.

⁶¹ Dosick, *Living Judasim*, 172–173.

⁶² Dosick, *Living Judaism*, 173.

Páscoa,⁶³ foi sacrificado por nós” (1 Coríntios 5:7; veja também as versões ARA, NVI, NVT e outras), cumprindo assim o verdadeiro significado do sacrifício judaico do cordeiro pascal. Portanto, a Ceia do Senhor é, em um sentido muito real, a Páscoa dos cristãos.

128

III. A Ceia do Senhor nos Evangelhos Sinóticos: As ações e as palavras de Jesus

As ações: Tomar, abençoar, partir e dar

Os relatos dos Evangelhos Sinóticos sobre a instituição da Ceia do Senhor concordam com as ações e palavras de Jesus. Há quatro ações principais na administração do pão. São elas: tomar, abençoar (ação de graças), partir e dar (Mateus 26:26; Marcos 14:22; Lucas 22:19). As principais ações na administração do cálice são tomar, agradecer e dar (Mateus 26:27; Marcos 14:23; Lucas 22:20, implícito no versículo 19).

129

A propósito, essas quatro ações de tomar, abençoar (ação de graças), partir e dar são as mesmas ações que Jesus realizou no milagre da multiplicação dos pães e peixes na alimentação dos cinco mil (Mateus 14:19; Marcos 6:41; Lucas 9:16) e na alimentação dos quatro mil (Mateus 15:36; Marcos 8:6). Os primeiros cristãos viram no fato de o Senhor pegar, abençoar, partir e dar o pão aos discípulos para distribuírem à multidão uma prefiguração da superabundância do pão da Ceia do Senhor dada aos crentes em todo o tempo e espaço.⁶⁴

130

Em sua aparição após a ressurreição a dois discípulos aparentemente desanimados, desiludidos e confusos no caminho de Emaús, Jesus os repreendeu por não discernirem o que os profetas haviam escrito sobre a necessidade de “que o Cristo padecesse essas coisas e entrasse na sua glória” (Lucas 24:26). Embora seus corações ardessem quando Jesus lhes abriu as Escrituras, eles não o reconheceram porque “os olhos deles estavam como que fechados, para que o não conhecessem” (Lucas 24:16). Quando os discípulos convidaram Jesus para ir à sua casa, ele se sentou à mesa com eles e realizou as mesmas quatro ações: tomou o pão, o abençoou, o partiu

⁶³ Na versão Almeida Revista e Corrigida, a frase é traduzida como “Cristo, nossa Páscoa, foi sacrificado por nós” (veja também ARA, NVI e NVT). “Páscoa” é uma tradução literal da palavra grega *πασχα* (*pascha*); entretanto, como Paulo usa a palavra no contexto de sacrifício, ela sem dúvida exige o termo “cordeiro da Páscoa” [Walter Bauer, s.v. “*πασχα*,” *A Greek-English Lexicon of the New Testament and other early Christian Literature* [Um léxico grego-inglês do Novo Testamento e outras literaturas cristãs primitivas] ed. F. W. Gingrich e F. W. Danker, 2a ed. (Chicago: Chicago University Press, 1979), 633; s.v. “*πασχα*” em *New International Dictionary of New Testament Theology and Exegesis*, ed. Moises Silva (Dicionário Internacional de Teologia e Exegese do Novo Testamento), 2a ed. (Grand Rapids, MI: Zondervan, 2014), 3:665].

As versões RSV e NRSV oferecem uma transliteração de “*πασχα*”, traduzindo o termo como “cordeiro pascal”.

⁶⁴ “Apostolic Constitution of the Roman Catholic Church,” *Catechism of the Catholic Church* (New York, NY: Doubleday, 1995), 371–372. Veja também “The Miracle of the Multiplication” em “Early Symbols of the Eucharist,”

Catholic Online, acessado em 25 de janeiro de 2017, <http://www.catholic.org/encyclopedia/view.php?id=4347>.

e lho deu. “Os olhos deles foram abertos e o reconheceram” (Lucas 24:31, NVI). Naquele momento de revelação, Jesus “desapareceu da vista deles” (Lucas 24:31, NVI). Os discípulos de Emaús voltaram a Jerusalém para contar aos onze discípulos sobre o encontro que tiveram com o Senhor ressuscitado. “Então os dois contaram o que tinha acontecido no caminho, e como Jesus fora reconhecido por eles quando partia o pão” (Lucas 24:35, NVI).

131

Como o fato de partir do pão na presença dos discípulos de Emaús serviu como catalizador para abrir seus olhos espirituais e despertar sua compreensão do que Jesus lhes disse enquanto andava com eles pelo caminho? Foram as ações já conhecidas de tomar, abençoar, partir e dar o pão? Havia testemunhado os milagres da multiplicação dos pães e peixes? Estavam no cenáculo quando Jesus instituiu a Ceia do Senhor? A frase “partir o pão” é sinédoque (sinônimo) para as ações abrangentes de Jesus à mesa (veja também Atos 2:42, 46)? Ou as cicatrizes nas mãos de Jesus o identificavam como o Senhor crucificado e ressuscitado? Lucas não explica, mas simplesmente diz: “Quando [Jesus] estava à mesa com eles, tomou o pão, abençoou-o, partiu-o e deu-o a eles. Então seus olhos se abriram e eles o reconheceram” (Lucas 24:30-31).⁶⁵

132

Os verbos que, por um lado, se referem à incapacidade dos dois discípulos de reconhecer a Jesus enquanto caminhavam juntos no caminho de Emaús e, por outro lado, de reconhecê-lo no partir do pão, são verbos no modo passivo. “mas os olhos deles foram impedidos de reconhecê-lo” (Lucas 24:16); “Então os olhos deles *foram abertos* e o reconheceram...” (Lucas 24:31, sublinhado nosso). Em outras palavras, a “cegueira” e a “abertura” dos olhos dos discípulos foram realizadas sobre eles, não por sua própria vontade, mas por uma fonte externa. Parece não haver dúvida de que a fonte foi uma demonstração da ação divina. Em um caso, Deus impediu que os discípulos reconhecessem a Cristo; em outro, abriu os olhos deles para que O reconhecessem. O fato de Cristo partir o pão foi o sinal que provocou a abertura dos olhos espirituais dos discípulos.⁶⁶

133

As ações sagradas e simbólicas realizadas nos sacramentos não são meramente superficiais e sem sentido, como vimos no exemplo de Cristo ao partir o pão. A. J. Tomlinson escreveu sobre uma experiência particular em que a presença de Cristo se tornou conhecida ao partir o pão enquanto oficiava a Ceia do Senhor:

134

Quando o pão foi partido e foi feita menção ao corpo partido de Jesus, Ele pareceu manifestar Sua presença no nosso meio. Enquanto eu estava ali na presença de Deus e diante da grande audiência com o pão partido, um pedaço em cada mão,

⁶⁵ David Lyle Jeffrey, Luke, em *Brazos Theological Commentary of the Bible*, ed. R. R. Reno (Grand Rapids: Brazos Press, 2012), 286.

⁶⁶ David L. Tiede, *Luke*, Augsburg Commentary on the New Testament (Minneapolis: Augsburg Publishing House, 1988), 437.

tive uma visão mais ampla do Cristo e do maravilhoso plano de redenção como nunca antes.⁶⁷

135

As ações sagradas incorporam um profundo significado espiritual quando realizadas de forma consciente, baseadas nas Escrituras e guiadas pelo Espírito Santo. Partir o pão da comunhão na presença da congregação é uma forma visual de lembrar que o corpo de Cristo foi partido por eles (1 Coríntios 11:24).

136

As palavras da instituição

“Tomai, comei; isto é o meu corpo. . . Bebei... porque isto é o meu sangue...”

As palavras que Jesus disse quando serviu o pão e o cálice aos discípulos são fundamentais para nos orientar sobre a importância teológica e espiritual da Ceia.

137

“Enquanto comiam, Jesus tomou o pão, e, abençoando-o, o partiu, e o deu aos discípulos, e disse: Tomai, comei; isto é o meu corpo. E, tomando o cálice e dando graças, deu-lho, dizendo: Bebei dele todos, porque isto é o meu sangue, o sangue do Novo Testamento, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados” (Mateus 26:26-28).⁶⁸ Essas palavras são chocantes, até mesmo ofensivas para nossa sensibilidade humana, e especialmente ofensivas para os judeus, para quem a Lei proibia comer carne humana e sangue de qualquer tipo. Elas têm sido fonte de controvérsia e divisão dentro da igreja cristã por séculos.⁶⁹ Como o pão e o cálice, ou “fruto da vide”, servidos na Ceia do Senhor, podem ser o corpo e o sangue de Jesus?

138

Para responder essa pergunta, lidamos com o conceito teológico (doutrina) da Presença Real, que é o termo que se refere à ideia de presença real de Cristo na celebração da Ceia do Senhor (de alguma forma), em contraste com a ideia de que Cristo está apenas presente na memória, figurativa e simbolicamente.⁷⁰

139

O que Jesus quis dizer quando disse: “... isto [pão] é o meu corpo... isto [fruto da vide] é o meu sangue?” Será que Ele quis dizer que o pão e o “fruto da vide” foram de fato transformados em Seu corpo e Seu sangue, mas mantiveram a aparência (espécie) do pão e do fruto da vide? Esse conceito é fundamental para a doutrina da

⁶⁷ A. J. Tomlinson, “Fourth of July at the Tabernacle,” *The Evening Light and the Church of God Evangel*, 15 de julho de 1910, citado em Daniel Tomberlin, *Pentecostal Sacraments: Encountering God at the Altar* (Cleveland, TN: Center for Pentecostal Leadership and Care, Pentecostal Theological Seminary, 2010), 169.

⁶⁸ “Tomai, comei, isto é o meu corpo” (Marcos 14:22); “Isto é o meu corpo, que por vós é dado” (Lucas 22:19).

⁶⁹ John Calvin, *Institutes of the Christian Religion*, ed. John T. McNeill, trans. Ford Lewis Battles; (Philadelphia, PA: The Westminster Press, 1960), 2:1360.

⁷⁰ F. L. Cross and E. A. Livingstone, eds., s.v. “Real Presence,” *The Oxford Dictionary of the Christian Church*, 3rd ed. (Oxford: Oxford University Press, 1997), 1370.

transsubstanciação, uma das principais doutrinas da Eucaristia na Igreja Católica Apostólica Romana.⁷¹

140

Será que Jesus quis dizer que a substância do corpo de Cristo e a substância do pão estavam presentes juntas? Esse conceito é fundamental para a doutrina da *consubstanciação* que Martinho Lutero abraçou e é a posição da Igreja Luterana e de algumas igrejas anglicanas e metodistas.

141

Jesus quis dizer que Ele está presente espiritualmente no pão e no fruto da vide através da presença do Espírito Santo? Esse foi o entendimento de João Calvino e a posição da maioria das igrejas reformadas.⁷²

142

Jesus quis dizer que o pão e o fruto da vide eram apenas símbolo do corpo e do sangue de Cristo, e que a Ceia do Senhor era simplesmente uma ceia memorial? Essa foi a posição do reformador suíço Ulrich Zwingli.

143

Os primeiros teólogos anabatistas, Balthasar Hubmaier (1480-1528), Pilgram Marpeck (1495-1556) e Dirk Phillips (1504-1568) defenderam a substituição de qualquer uso cerimonial de símbolos externos como meio da graça divina com o exercício da fé dos fiéis. Portanto, a ênfase foi transferida da presença de Cristo nos elementos da ceia sacramental para a presença do Espírito Santo na vida da comunidade dos crentes reunidos. "...Quando se compartilha o pão e o vinho no poder do Espírito com aqueles que estão reunidos em fé e amor... [eles] são unidos com Cristo e uns aos outros".⁷³ Portanto, para os anabatistas, a Ceia do Senhor era uma celebração da presença de Cristo por meio da ação do Espírito Santo na vida comunal dos crentes.

144

A posição de Zwingli sobre a Ceia do Senhor como uma ceia memorial, no entanto, tem sido historicamente a posição da maioria das igrejas evangélicas e pentecostais.⁷⁴ Os teólogos pentecostais William W. Menzies e Stanley M. Horton defendem a posição de zwingliana de que a Ceia do Senhor é, antes de tudo, uma ceia comemorativa. Em segundo lugar, eles observam que participar dos símbolos físicos e tangíveis do pão e do fruto da vide são, como "uma sagrada lição objetiva", instrutivos em afirmar a encarnação de Cristo. Em terceiro lugar, a celebração da Ceia do Senhor é inspiradora em nos fazer lembrar que, pela fé, ganhamos acesso aos benefícios da

⁷¹ Apostolic Constitution of the Roman Catholic Church, *Catechism*, 383–386.

⁷² Calvin, *Institutes*, 1363, 1370–1373, 1381–1382. (See also Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 166.)

⁷³ John, D. Remple, "Sacraments in the Radical Reformation," em *The Oxford Handbook of Sacramental Theology*, ed. Hans Boersma e Matthew Levering (Oxford: Oxford University Press, 2015), 298, 302–310.

⁷⁴ Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 167. Veja também N. T. Wright, *The Meal Jesus Gave Us: Understanding Holy Communion* (Louisville, KY: Westminster John Knox Press, [2015?]), 63.

morte e ressurreição de Jesus, embora não haja transmissão de graça no consumir os elementos.⁷⁵

145

Alguns teólogos pentecostais contemporâneos, entretanto, explicam a presença pessoal de Cristo na celebração da Ceia do Senhor por meio do imediatismo do Espírito Santo. Chris E. W. Green escreve,

146

Em termos simples, o evento eucarístico da igreja é uma experiência da presença pessoal de Cristo, pelo poder do Espírito imediatamente mediado e mediadamente imediato. A Eucaristia não é um substituto para as palavras e obras de um Cristo ausente e distante. Não, por meio do pão e do vinho sacramentais, "os sinais transmitem o significado", de modo que Jesus está presente de forma transformadora.⁷⁶

147

A. J. Tomlinson tinha uma profunda convicção e reverência pela Ceia do Senhor. Ele normalmente instruía os novos membros da igreja sobre a doutrina e a observância da Ceia quando organizava igrejas. Ele considerava os elementos da Comunhão com a maior reverência. Em um de seus ensinamentos sobre a Ceia, ele escreveu: "Esse é um serviço extremamente sagrado. É como se o corpo de nosso Senhor estivesse no altar na presença dos humildes adoradores".⁷⁷ As palavras de Tomlinson revelam uma profunda convicção da presença de Cristo na Ceia do Senhor em algum sentido. No entanto, em sua experiência de 1910, conforme declarado anteriormente, Tomlinson oficiou a Ceia do Senhor, de pé diante da congregação com o pão partido em suas mãos, ao se deparar com a presença do Cristo vivo.⁷⁸

148

A compreensão pentecostal da presença real de Cristo na Ceia do Senhor é explicada em termos de:

149

um relacionamento diádico entre o Filho e o Espírito. Ou seja, na economia da salvação, a obra do Filho e do Espírito são interdependentes. O crente encontra um por meio da atividade do outro. De acordo com Hebreus, Cristo, nosso Sumo Sacerdote, Se ofereceu a Si mesmo como um sacrifício imaculado a Deus "pelo Espírito eterno" (Hebreus 9:14). O pão e o cálice da Eucaristia são dons de Cristo por meio do Espírito. A "presença real" na Eucaristia é mais do que pneumática, é cristo-pneumática. A Eucaristia é possível somente em virtude do Pentecostes. O Espírito torna Cristo realmente presente no pão e no cálice... Com ênfase no milagroso, parece lógico que os pentecostais estariam

⁷⁵ William W. Menzies and Stanley M. Horton, *Bible Doctrines: A Pentecostal Perspective* (Springfield, MO: Gospel Publishing House, 2015), 116.

⁷⁶ Green, *Lord's Supper*, 288.

⁷⁷ Lillie A. Duggar, *A. J. Tomlinson: Former General Overseer of the Church of God* (Cleveland, TN: White Wing Publishing House, 1964), 93.

⁷⁸ A. J. Tomlinson, "Fourth of July at the Tabernacle," quoted in Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 169.

dispostos a afirmar a presença de Cristo e do Espírito no pão e no cálice da sagrada Ceia.⁷⁹

150

O conceito da “presença real” de Cristo e do Espírito na Ceia do Senhor tem sido debatido ao longo dos séculos da história da igreja cristã, com diferentes tradições desenvolvendo suas próprias conclusões teológicas e liturgias em relação a esse sacramento profundamente sagrado. Embora possamos discordar veementemente de certas doutrinas de outras tradições cristãs associadas à Ceia do Senhor, devemos honrar e apreciar a árdua investigação bíblica e teológica dos Pais da Igreja, teólogos e estudiosos que trabalharam para entender o significado do sacramento. Devemos entender que toda tradição cristã ortodoxa coloca Cristo no centro da Eucaristia e a presença e o trabalho do Espírito Santo na celebração do sacramento. É lamentável que o ato sagrado de adoração pretendido por Cristo e ensinado por Paulo como um meio de expressar a unidade com Cristo e Seu corpo tenha, com muita frequência, dividido os crentes.⁸⁰ Enquanto isso, a recente erudição pentecostal ousou se afastar da posição zwingliana da Ceia do Senhor como um memorial apenas, em direção a uma celebração da verdadeira comunhão com a presença real de Cristo por meio do Espírito Santo.

151

IV. A Teologia da Ceia do Senhor no capítulo 6 do Evangelho de João: Comer a carne de Jesus e beber Seu sangue

É interessante notar que João apenas se refere à Ceia do Senhor de forma oblíqua no capítulo 13 de seu Evangelho e não registra sua instituição por Jesus. Ele prefere se concentrar no fato de Jesus ter lavado os pés dos discípulos. Muitos cristãos, entretanto, veem o discurso de Jesus em João 6 como a teologia subjacente da Ceia do Senhor, especialmente nos versículos 51 a 58.

152

Um dia depois de Jesus ter alimentado milagrosamente uma multidão de milhares de pessoas com apenas cinco pães de cevada e dois peixes na margem oriental do Mar da Galileia, a multidão o procurou novamente do outro lado do mar (Tiberíades). (Os discípulos haviam atravessado para o lado ocidental em um barco. Durante uma tempestade, Jesus se juntou a eles, caminhando sobre as águas). As pessoas não entenderam o significado do sinal que Jesus realizou ao multiplicar os pães e os peixes no dia anterior. Eles pensaram que Jesus poderia ser “o Profeta” (como Moisés) cuja vinda havia sido profetizada em Deuteronômio 18:15 e 18, e queriam tomá-lo à força para fazê-lo rei (João 6:14, 15). Citando a provisão de maná pela qual Deus milagrosamente alimentou os filhos de Israel no deserto por meio da intercessão de Moisés, o povo pede outro sinal para “ver e crer” em Jesus (vv. 30-31). Eles claramente querem uma repetição do milagre da provisão de pão.

⁷⁹ Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 174–175.

⁸⁰ Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 168.

153 Jesus desafia o mal-entendido e o zelo equivocado deles, dizendo-lhes que, na verdade, não estavam procurando por sinais, mas por outra refeição grátis. Ele se recusa a realizar outro sinal para eles naquele dia (v. 26). Em vez disso, ele os admoesta: “Trabalhai não pela comida que perece, mas pela comida que permanece para a vida eterna, a qual o Filho do Homem vos dará, porque a este o Pai, Deus, o selou” (João 6:27). Quando as pessoas perguntaram o que deveriam fazer para realizar as obras de Deus, Jesus disse:

154 A obra de Deus é esta: que creiais naquele que ele enviou... Disse-lhes, pois, Jesus: Na verdade, na verdade vos digo que Moisés não vos deu o pão do céu, mas meu Pai vos dá o verdadeiro pão do céu. Porque o pão de Deus é aquele que desce do céu e dá vida ao mundo. (João 6:29, 32, 33)

155 É claro que as pessoas querem esse pão, mas ainda não entendem. É então que Jesus diz claramente ao povo:

156 Eu sou o pão da vida; aquele que vem a mim não terá fome; e quem crê em mim nunca terá sede... Porque eu desci do céu não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou... que nenhum de todos aqueles que me deu se perca, mas que o ressuscite no último Dia... que todo aquele que vê o Filho e crê nele tenha a vida eterna. (João 6:35, 38–40)

157 Aqui, o discurso de Jesus toma um rumo drástico. Na primeira parte do discurso (vv. 22-50), Jesus envolveu a multidão em uma conversa sobre o pão (ou maná) que sustenta a vida física, fazendo a transição para uma discussão sobre o pão que dá vida eterna e, em seguida, revelando a eles que Ele é o Pão da Vida que desceu do céu, vindo de Deus, tendo o poder de dar vida eterna àqueles que acreditam Nele. Não passou despercebido pela multidão que Jesus estava reivindicando a divindade.

158 Se essas declarações não foram suficientemente ofensivas para a multidão reunida naquele dia, o que Ele disse depois foi demais para eles suportarem.

159 Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém comer desse pão, viverá para sempre; e o pão que eu der é a minha carne, que eu darei pela vida do mundo... Na verdade, na verdade vos digo que, se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tereis vida em vós mesmos. 54 Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último Dia. 55 Porque a minha carne verdadeiramente é comida, e o meu sangue verdadeiramente é bebida. 56 Quem come a minha carne e bebe o meu sangue

permanece em mim, e eu, nele. (João 6:51, 53–56; sublinhado nosso)

160

A multidão, ouvindo essas palavras, ficou confusa, e as pessoas perguntavam entre si: “Como nos pode dar este a sua carne a comer?” (João 6:52). As palavras lhes pareciam canibalismo; a Lei proibia o consumo tanto de carne humana quanto de sangue de qualquer tipo. Daquele momento em diante, “muitos dos discípulos [de Jesus] tornaram para e já não andavam com ele” (João 6:66). A deserção deles foi tão grande que Jesus perguntou aos discípulos se eles também iriam abandoná-Lo. Parece surpreendente que, apesar da deserção de muitos de seus discípulos por causa de Suas palavras, Jesus não as tenha suavizado ou alterado. O que, então, Ele quis dizer ao dizer, “Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último Dia?” Essas palavras expressam a mesma ideia quando Jesus, na instituição da Ceia do Senhor, disse: Tomai, comei, isto é o meu corpo... Bebei... porque isto é o meu sangue...” (Mateus 26:26-28).

161

As palavras de Cristo novamente desencadeiam os debates sobre o que significa para Ele estar presente na Ceia do Senhor e o que significa comer Sua carne e beber seu sangue. A Igreja de Deus da Profecia não adere às doutrinas da transubstanciação e da consubstanciação. Como povo do Espírito, podemos, até certo ponto, considerar o entendimento reformado de que Cristo está espiritualmente presente no pão e no fruto da videira. Conforme declarado anteriormente, no entanto, a posição zwingliana com relação aos elementos da Ceia do Senhor como símbolos que representam o corpo e o sangue de Cristo durante a celebração de uma ceia memorial tem sido a posição tradicional da Igreja de Deus da Profecia. Entretanto, quando consideramos as ações e palavras de Cristo, podemos nos perguntar se não há algo mais no sacramento do que memória e símbolos.

162

Embora Raymond M. Pruitt, ex-bispo da Igreja de Deus da Profecia e autor de *Fundamentals of the Faith* [Fundamentos da Fé], tenha adotado a ideia zwingliana da Ceia do Senhor como memorial, ele afirma que “os crentes não apenas olham para os símbolos [do pão e do fruto da vide], mas os recebem e se alimentam deles. Figurativamente, eles ‘comem a carne do Filho do homem e bebem o seu sangue’” (João 6:53).⁸¹

163

A. J. Tomlinson escreveu que a participação no pão e no fruto da vide “deve ser tomada com o pensamento de que é a carne e o sangue do Senhor, o que corresponde a outras palavras de nosso Senhor: ‘Se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tereis vida em vós mesmos’” (João

⁸¹ Raymond M. Pruitt, *Fundamentals of the Faith* (Cleveland, TN: White Wing Publishing House and Press, 1981), 366.

6:53).⁸² As declarações de Pruitt e Tomlinson parecem ir além do entendimento da participação na Ceia do Senhor como mera memória e símbolos.

164

Uma análise histórica da interpretação de João 6 nos informa que, no nível básico, a maioria dos leitores concorda que o ensinamento de Jesus fala sobre uma *crença* transformacional em Cristo. As metáforas de comer e beber são, em essência, “um código teológico para receber espiritualmente Cristo e seus benefícios pela fé em sua morte vivificante em favor do mundo”.⁸³ No entanto, em outro nível, devido à natureza espiritual do Evangelho de João, ao contexto que envolve o ensino de Jesus e à experiência sacramental da igreja, é totalmente adequado interpretar as referências de Jesus a comer e beber como uma antecipação da participação na Ceia do Senhor.⁸⁴ Essa visão remonta aos primeiros anos do cristianismo.

165

Chris E. W. Green propõe que:

As convicções e experiências que os leitores cristãos trazem para o texto tornam impossível que eles não ouçam pelo menos alusões à Eucaristia. Conseqüentemente, podemos propor razoavelmente que os leitores do Quarto Evangelho têm a garantia de tomar o discurso como instrução tanto sobre a crença em Cristo (ou seja, alimentar-se espiritualmente dele) quanto sobre o significado da prática e da experiência sacramental da igreja.⁸⁵

166

Quando entendido dessa forma, o discurso de Jesus em João 6 revela que a participação da igreja na Ceia do Senhor “é um dos sinais dados por Deus de que Cristo foi ‘elevado’”.⁸⁶ João, em sua primeira epístola, afirma que o sangue de Cristo testifica a verdade de que Ele é o Filho de Deus (1 João 5:6-8). Como a Ceia do Senhor é um sinal dessa verdade, crer que Jesus Cristo é o Filho de Deus implica a participação fiel na Ceia. De acordo com o ensinamento de Jesus em João 6, quem crê Nele também come e bebe os sinais da Sua carne e do Seu sangue, desfrutando assim da comunhão com Ele e tendo a vida eterna (João 6:40, 51, 54-58). Mas aqueles que se recusam a comer e beber não têm vida (João 6:53). Jesus estabelece uma forte correlação entre crer Nele e consumir Sua carne e sangue.⁸⁷

167

Não devemos pensar, entretanto, que há alguma transferência sobrenatural de vida eterna para aqueles que comem o pão e bebem “do fruto da vide” na Ceia do Senhor. Acreditar que Jesus Cristo é o Filho de Deus, acreditar nos benefícios salvíficos de Sua morte na

⁸² Duggar, *A. J. Tomlinson*, 94.

⁸³ Green, *Lord's Supper*, 236.

⁸⁴ Green, *Lord's Supper*, 236–237.

⁸⁵ Green, *Lord's Supper*, 230.

⁸⁶ Green, *Lord's Supper*, 237.

⁸⁷ Green, *Lord's Supper*, 237.

cruz e participar da Ceia do Senhor com fé são fundamentais para os benefícios espirituais da Ceia. Os benefícios espirituais da comunhão com Cristo na Ceia indicam seu caráter sacramental. É possível comer e beber sem fé, até mesmo para a própria culpa e julgamento (1 Coríntios 11:27, 29), e não receber os benefícios da Ceia do Senhor. Por outro lado, é uma traição à presença de Cristo na vida de um cristão crer Nele e ainda assim se recusar a participar da Ceia do Senhor (João 6:53).⁸⁸

168

Nunca devemos permitir que a natureza cerimonial e sacramental (palavras, ações, etc.) da Ceia do Senhor desvie nosso foco do fato de que estamos nos identificando, comungando e participando com Cristo e Sua cruz. As palavras, as ações e os elementos (o pão e o “fruto da vide”) usados no sacramento da Ceia do Senhor não trazem benefício algum se não forem recebidos com fé. No entanto, quando são recebidos com fé, “eles se tornam vivificantes porque são instrumentos das palavras de salvação de Jesus, que é a Palavra de salvação do Pai”.⁸⁹ Nosso comer e beber na Comunhão “deve nos levar à própria vida de Cristo, que nos convida a imitá-Lo, possibilitando que sejamos conformados à Sua realidade, à Sua ‘imagem’”.⁹⁰

169

V. O ensino do apóstolo Paulo sobre a Ceia do Senhor

Uma leitura minuciosa da primeira carta de Paulo à igreja de Corinto revela que os cristãos de Corinto participavam regularmente da Ceia do Senhor e que o faziam no contexto de uma grande refeição de comunhão (ágape) (1 Coríntios 11:17-22). No entanto, Paulo aborda com veemência os abusos que estavam ocorrendo nessas refeições e, especialmente, na observância da Ceia do Senhor. Na verdade, Paulo afirma que a reunião dos coríntios para celebrar a Ceia do Senhor fez com que a condição da igreja piorasse em vez de melhorar. O motivo foi que eles trouxeram suas divisões, facções e preconceitos para a mesa. Paulo lhes diz que o que quer que estivessem fazendo, não podia ser chamado de Ceia do Senhor. Alguns se serviam rapidamente e se alimentavam bem, e alguns até se embriagavam. Outros passavam fome. Tais atitudes e condutas, no que deveria ser uma refeição comunitária, humilhavam seus irmãos e irmãs pobres, aumentando as divisões na igreja. Ao fazer isso, eles profanavam o espírito e o significado da Ceia do Senhor. Paulo chega a dizer que os ofensores desprezavam a igreja de Deus (v. 22).

170

Paulo então reitera o ensinamento que havia dado aos cristãos de Corinto em uma ocasião anterior (implícita no v. 23) a respeito da Ceia do Senhor. O ensino de Paulo é “da parte do Senhor”, em conformidade com a “doutrina dos apóstolos”, e é basicamente uma reafirmação da instituição da Ceia por Jesus “na noite em que foi

⁸⁸ Green, *Lord's Supper*, 237.

⁸⁹ Green, *Lord's Supper*, 239.

⁹⁰ Green, *Lord's Supper*, 237.

traído” (v. 23). As ações de tomar, dar graças e partir são novamente mencionadas no ato de compartilhar o pão (vv. 23-24). O dar está implícito. O cálice, a “nova aliança no sangue [de Jesus]”, também tem o mesmo processo de tomar e dar (v. 25). Tanto na oferta do pão quanto na do cálice, Jesus diz: “Fazei isto em memória de mim”. Portanto, Paulo afirma que a Ceia do Senhor é de fato memorial.

171

A Ceia do Senhor não é apenas um memorial, lembrando o evento passado da paixão e morte de Jesus na cruz para o perdão dos pecados (Mateus 26:28), mas é também uma antecipação do evento futuro do retorno de Cristo para estabelecer o reino de Deus em sua plenitude. Mateus e Marcos registram a declaração de Jesus aos discípulos de que não beberia mais o fruto da vide até que o bebesse com eles novamente no reino de Deus (Mateus 26:29; Marcos 14:25). Paulo ressalta os aspectos passados e futuros da celebração da Ceia do Senhor quando escreve: “Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor [evento passado], até que venha [evento futuro]”. Um dos eventos aguardados com alegria, associado à Segunda Vinda de nosso Senhor e ao estabelecimento do reino eterno de Deus, é a ceia das bodas do Cordeiro (Apocalipse 19:7, 9), a união definitiva de Cristo com a Igreja. De certa forma, cada celebração da Ceia do Senhor é um ensaio para a ceia das bodas do Cordeiro.

172

Temos considerado os aspectos passados e futuros da celebração da Ceia do Senhor, mas e quanto ao seu aspecto presente? Paulo associa intimamente a dignidade de uma pessoa para participar da Ceia do Senhor com seu relacionamento com seus irmãos dentro da comunidade dos fiéis. Embora qualquer pecado *não confessado* possa tornar alguém indigno de participar na Ceia, o contexto de 1 Coríntios 11 sugere que Paulo está especificamente se referindo aos pecados de divisão, preconceito e parcialidade como sendo aqueles que tornam alguém particularmente indigno de participar da Ceia do Senhor. A igreja em Corinto era uma igreja dividida e de divisão. Paulo, de fato, repreende os coríntios por sua divisão no início de sua primeira carta a eles, começando no capítulo 1, versículo 10. O restante da carta aborda questões que haviam fomentado a contenda e a divisão entre eles. Os coríntios estavam divididos quanto à liderança da igreja e à autoridade espiritual; estavam divididos quanto aos dons espirituais e suas manifestações na adoração pública; e estavam divididos quanto ao status econômico e social.

173

Infelizmente, os coríntios trouxeram suas divisões para a Mesa do Senhor. Paulo aborda a questão com firmeza: “Quando vocês se reúnem, não é para o bem, mas para o mal” (1 Coríntios 11:17), e “não é para comer a Ceia do Senhor” (v. 20). A divisão entre as pessoas na igreja de Corinto havia profanado a sagrada observância da Ceia do Senhor, e havia se tornado algo diferente da sagrada e santa comunhão com Cristo e com os membros de Seu corpo. Paulo repreende os coríntios por desprezarem a igreja de Deus e humilharem os pobres entre eles (v. 22). Foram suas atitudes e

comportamentos pecaminosos que tornaram alguns dos cristãos de Corinto indignos de “comer do pão e beber do cálice” (v. 28). Eles falharam em discernir o corpo de Cristo, tanto no pão quanto na igreja reunida (v. 29). Consequentemente, alguns dos que haviam participado da Ceia de forma indigna ficaram fracos e doentes. Alguns morreram (v. 30). O autoexame e a preparação para participar da Ceia do Senhor incluem o arrependimento e o pedido de perdão pelos pecados e ofensas relacionais dentro do corpo de Cristo e a busca de reconciliação com o irmão ou a irmã.

174

Alguns membros da Igreja não participam da Ceia do Senhor porque se sentem indignos. No entanto, se a participação no sacramento exigisse perfeição absoluta e sem pecado, nenhum de nós estaria qualificado para se aproximar da Mesa do Senhor. Como seres humanos falhos e imperfeitos, todos nós lutamos com pensamentos, atitudes, ações e relacionamentos que nem sempre refletem a imagem de Cristo. Por essa razão, Paulo nos exorta a examinar ou julgar a nós mesmos e *então* participar da Ceia.⁹¹ O autoexame dá a cada crente a oportunidade de convidar o Espírito Santo a examinar o coração e a mente e, se alguém discernir que há algo errado, arrepender-se disso antes de participar da Ceia do Senhor.⁹² A importância de participar da Ceia não pode ser subestimada.

175

Jesus, pois, lhes disse: Na verdade, na verdade vos digo que, se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tereis vida em vós mesmos. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último Dia. Porque a minha carne verdadeiramente é comida, e o meu sangue verdadeiramente é bebida. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim, e eu, nele. (João 6:53-56)

176

Devemos entender que “carne e sangue” é uma expressão idiomática hebraica que refere ao homem inteiro. Isso teria fornecido o contexto cultural e linguístico para as palavras de Jesus, fossem elas faladas em aramaico ou grego. Portanto, pode-se afirmar indiscutivelmente que a participação na Ceia do Senhor é uma expressão de fé em todo o Cristo,⁹³ recebendo-o de forma pessoal e Sua obra em nosso favor.⁹⁴

⁹¹ 1 Coríntios 11:28, 31–32.

⁹² Salmos 26:2–3; 139:23–24.

⁹³ Raymond E. Brown, *The Gospel According to John I–XII, Anchor Bible* (New York: Doubleday, 1966), 282.

⁹⁴ John, *NET Bible, Full Notes Edition* (Nashville: Thomas Nelson, 2019), 2014.

177 Paulo transmite uma visão adicional de que comer o pão e beber o cálice nos une em comunhão com Cristo e uns com os outros.

178 Porventura, o cálice de bênção que abençoamos não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos não é, porventura, a comunhão do corpo de Cristo? 17 Porque nós, sendo muitos, somos um só pão e um só corpo; porque todos participamos do mesmo pão. (1 Coríntios 10:16, 17)

179 Beber do “cálice da bênção” da Comunhão nos leva à comunhão com o sangue de Cristo que, na instituição da Ceia do Senhor, disse: “Este cálice é a nova aliança no meu sangue, derramado em favor de vocês” (Lucas 22:20 NVI). Ao bebermos do cálice, compartilhamos as provisões e os benefícios da nova aliança.⁹⁵ Comer do pão da Comunhão representa duas coisas. Primeiro, nos leva à comunhão com Cristo, que abençoou e partiu o pão, deu-o aos discípulos e disse: “Isto é o meu corpo dado em favor de vocês; façam isto em memória de mim” (Lucas 22:19 NVI). Em segundo lugar, Paulo introduz uma nuance no significado do pão da Comunhão. Além de ser o símbolo do corpo físico de Cristo, ele também é um símbolo da igreja, o corpo de Cristo. Paulo escreve: “O pão que partimos não é, porventura, a comunhão do corpo de Cristo? Porque nós, sendo muitos, somos um só pão e um só corpo; porque todos participamos do mesmo pão” (1 Coríntios 10:16, 17). Quando os crentes comem do pão da Comunhão, eles afirmam que “por meio da morte de Cristo, eles são ‘parceiros’ na comunidade redimida, o novo povo escatológico de Deus”.⁹⁶ A percepção de Paulo sobre a natureza da Ceia do Senhor tornou a divisão na Mesa do Senhor particularmente detestável.

180 VI. Um resumo dos significados da Ceia do Senhor

- A. A Ceia do Senhor é um memorial, realizada em lembrança do sofrimento, do derramamento de sangue e da morte física de Jesus na cruz para nossa salvação.
- B. A Ceia do Senhor é a participação pessoal e coletiva no corpo de Cristo que foi crucificado em nosso lugar.
- C. A Ceia do Senhor é a participação pessoal e coletiva no cálice da bênção, a nova aliança, por meio do sangue de Cristo.
- D. A Ceia do Senhor é a participação pessoal e coletiva e a comunhão no corpo de Cristo, a igreja, o único pão e cálice simbolizando a unidade da igreja.

⁹⁵ Gordon D. Fee, *The First Epistle to the Corinthians*, New International Commentary on the New Testament (Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1987), 468.

⁹⁶ Fee, *First Epistle to the Corinthians*, 469.

- E. A Ceia do Senhor é uma celebração em antecipação à Segunda Vinda de Cristo.
- F. A Ceia do Senhor é uma celebração em antecipação à ceia das bodas do Cordeiro.

181

VII. A prática da Ceia do Senhor na Igreja de Deus da Profecia

A “comunhão e o lava-pés” foram reconhecidos como “ordenanças sagradas” na primeira Assembleia Geral da Igreja de Deus em 1906. A Assembleia recomendou que as ordenanças “*podem* ser realizadas no mesmo culto ou em momentos diferentes, a critério das Igrejas locais” (sublinhado nosso).⁹⁷ Foi recomendado que todo membro da Igreja deveria participar desses “serviços sagrados” a fim de “preservar a unidade do corpo e obedecer à Santa Palavra”.⁹⁸ No entanto, na 13ª Assembleia Geral, em 1917, “foi decidido que os dois [a Ceia do Senhor e o Lava-pés] são inseparáveis, e um deve seguir o outro em sucessão no mesmo culto”.⁹⁹ Essa posição foi reafirmada na 63ª Assembleia Geral da Igreja de Deus da Profecia em 1968, com a ressalva de que as duas ordenanças deveriam ser ministradas juntas “quando possível”.¹⁰⁰ Na 100ª Assembleia Internacional, o Comitê de Doutrina Bíblica e Governo apresentou um documento intitulado “The Sacrament of Footwashing” [O Sacramento do Lava-pés], que recomendava que o sacramento “fosse observado com a maior frequência possível, seja após a Comunhão ou em um momento separado”.¹⁰¹

182

Nem Jesus, na instituição da Ceia do Senhor, nem Paulo, em seu discurso sobre o sacramento, dão conselhos específicos sobre a frequência de sua observância. Paulo escreve: “Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor, até que venha” (1 Coríntios 11:26). No entanto, há evidências bíblicas e históricas de que os cristãos do Novo Testamento observavam a Ceia do Senhor todos os domingos, se não com mais frequência.¹⁰² As seguintes passagens sugerem que a Ceia do Senhor (“o partir do pão”) era um elemento integral na adoração da igreja do Novo Testamento: “E perseveravam na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações” (Atos 2:42). “E, perseverando unânimes todos os dias no templo e partindo o pão em casa, comiam juntos com alegria e singeleza de coração”

⁹⁷ Church of God of Prophecy, *General Assembly Minutes: Photographic Reproductions of the First Ten General Assembly Minutes* (Cleveland, TN: White Wing Publishing House and Press, 1992), 9.

⁹⁸ Church of God of Prophecy, *First Ten Assembly Minutes*, 11.

⁹⁹ *Minutes of the Thirteenth General Assembly of the Church of God* (1917), 37.

¹⁰⁰ *Minutes of the 63rd Annual Assembly of the Church of God of Prophecy* (Cleveland, TN: White Wing Publishing House, 1968), 117.

¹⁰¹ Church of God of Prophecy, *Business Acts* (2018), 21.

¹⁰² Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 156.

(2:46). “No primeiro dia da semana, ajuntando-se os discípulos para partir o pão, Paulo, que havia de partir no dia seguinte, falava com eles” (Atos 20:7). As igrejas litúrgicas (ortodoxa oriental, católica romana, luterana, anglicana/episcopal) consideram a eucaristia como a característica central ou o “ápice” do culto de adoração.

183

Em 1906, a primeira Assembleia da Igreja de Deus recomendou que “essas ordenanças sagradas deveriam ser observadas uma ou mais vezes por ano”.¹⁰³ M. A. Tomlinson lamentou a falta de observância da Ceia do Senhor entre muitas das igrejas em seu discurso anual à 57ª Assembleia Geral em 1962. Ele comentou que “alguns pastores a organizam, pelo menos, uma vez a cada trimestre – quatro vezes por ano”.¹⁰⁴ Isso pode ter sido influenciado pela prática zwingliana de celebrar a Ceia do Senhor “apenas quatro vezes por ano”.¹⁰⁵ A Igreja de Deus da Profecia nunca estabeleceu uma regra específica de observância além da recomendação de que a Ceia do Senhor deve ser observada pelo menos trimestralmente.¹⁰⁶ Portanto, a observância trimestral da Ceia do Senhor tem sido a prática mais comum, embora a observância irregular e infrequente do sacramento talvez tenha contribuído para sua negligência e a percepção da falta de importância entre alguns membros da Igreja. Outros têm mantido uma atitude um tanto restritiva em relação à observância, enfatizando “uma vez por trimestre”, mas ignorando o “pelo menos”. Não há princípios bíblicos ou teológicos que proibam a observância da Ceia do Senhor “uma vez por dia, uma vez por semana, uma vez por mês ou uma vez por trimestre”.¹⁰⁷ Há aqueles que expressaram preocupação de que a observância frequente da Ceia enfraqueceria seu significado e a tornaria “menos especial”. Tal pensamento revela o fato de que a pessoa não entende a profunda santidade, bênção e alegria de comungar com nosso Senhor nesse ato mais íntimo de adoração. Podemos então nos perguntar se a frequente interação íntima com nosso cônjuge e a interação com nossa família torna nosso tempo juntos menos significativo e “especial”.

184

VIII. A administração da Ceia do Senhor na Igreja de Deus da Profecia

Uma prática comum tem sido de celebrar a Ceia do Senhor e o Lava-pés em um culto à noite (normalmente no domingo), tornando mais viável e conveniente observar ambos os sacramentos em conjunto. Devido as restrições de tempo, a observância dos sacramentos durante os cultos de domingo pela manhã não era prática. Historicamente, algumas igrejas locais celebraram a Ceia do Senhor após uma conferência trimestral de negócios, de acordo com

¹⁰³ Church of God of Prophecy, *First Ten Assembly Minutes*, 11.

¹⁰⁴ Church of God of Prophecy, *Minutes of the 57th Annual Assembly of the Church of God of Prophecy* (Cleveland, TN: White Wing Publishing House, 1962), 45.

¹⁰⁵ Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 167.

¹⁰⁶ Ministry Policy Manual (Manual de Normas para o Ministério), 2018, 161

¹⁰⁷ Pruitt, *Fundamentals*, 368.

práticas estabelecidas pela Assembleia Internacional. Entretanto, essa prática fazia com que a observância da Ceia do Senhor parecesse superficial, e seu significado e santidade perdessem a importância.

185

Nos últimos anos, porém, os cultos de domingo à noite se tornaram menos frequentes, e os cultos semanais têm uma frequência muito baixa. Por isso, muitas igrejas celebram a Ceia do Senhor no domingo de manhã, quando a assistência é normalmente maior, dando ao povo a oportunidade de participar neste ato sagrado de adoração.

186

Os elementos tradicionalmente servidos na celebração da Ceia do Senhor na Igreja de Deus da Profecia são o sumo de uva ("fruto da vide" não fermentado; Mateus 26:29),¹⁰⁸ e o pão asmo (Êxodo 12:39; 1 Coríntios 5:7-8).¹⁰⁹ O pão geralmente tem a forma de pão asmo caseiro, bolachas sem sal ou, mais recentemente, hóstias. A matzá (bolachas da Páscoa) e o pão sírio são de origem do Médio Oriente e contribuem para a autenticidade da ceia tal como era celebrada originalmente. A matzá é especialmente adequada para a Ceia do Senhor, uma vez que Jesus instituiu a Ceia após a celebração da Páscoa com os seus discípulos, pelo que se presume que foi utilizado pão asmo. Os judeus messiânicos salientam que o tom tostado e dourado do matzá recorda ao participante as feridas e contusões que Jesus recebeu no seu corpo. "Mas ele foi ferido pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e, pelas suas pisaduras, fomos sarados" (Isaías 53:5). Os pequenos furos feitos na preparação da matzá lembram as perfurações nas mãos, nos pés e no lado de Jesus. "E sobre a casa de Davi e sobre os habitantes de Jerusalém derramarei o Espírito de graça e de súplicas; e olharão para mim, a quem traspassaram; e o prantearão como quem pranteia por um unigênito; e chorarão amargamente por ele, como se chora amargamente pelo primogênito" (Zacarias 12:10).¹¹⁰ O pão sírio é mais macio e se parte facilmente para ser distribuído.

187

A Ceia do Senhor foi instituída após a celebração da Páscoa e é, portanto, um ritual separado, embora haja um significado correspondente entre as duas observâncias. (É por isso que Paulo pode se referir a Cristo como "nosso cordeiro pascal" em 1 Coríntios 5:7). No entanto, a Ceia do Senhor não é a Páscoa. Isso impacta nossa compreensão dos elementos usados na administração da Ceia do Senhor. O Dr. Harold Hunter escreve:

188

Parece que o uso de pães ázimos pela Igreja primitiva ... foi uma espécie de acidente histórico. Ou seja, estes elementos não são intrínsecos à cerimónia, mas foram incorporados

¹⁰⁸ *Minutes of the Seventh General Assembly of the Church of God* (1912), 19. See also Duggar, A. J. Tomlinson, 94, and Pruitt, *Fundamentals*, 367.

¹⁰⁹ Pruitt, *Fundamentals*, 367.

¹¹⁰ Barry and Steffi Rubin, *The Messianic Passover Haggadah* (Baltimore: The Lederer Foundation, 1989), 13.

devido à situação histórica [no contexto do seder da Páscoa].¹¹¹

189

Embora o pão asmo (Hebreu. מצות , *matzoth*; Gr. αζυμα, *azuma*) fosse exigido para a Páscoa (Êxodo 12:8, 11, 34, 39)¹¹² e para a Festa dos Pães Asmos (Êxodo 12:14-20; 13:3-10), evitar o pão com fermento na Ceia do Senhor não é bíblica nem teologicamente exigido. O fermento (levedura) tem conotações negativas e positivas no Antigo e no Novo Testamento. É um símbolo de malícia e maldade (1 Coríntios 5:8), e a doutrina dos fariseus (Mateus 16:6-12; Marcos 8:14-21; Lucas 12:1). O fermento é também um símbolo do reino dos céus, que está se espalhando por todo o mundo (Mateus 13:33; Lucas 13:20-21).¹¹³ No reino de Deus, um dia celebraremos com nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo (Mateus 26:29).

190

As evidências mostram que a igreja primitiva usava pão comum para celebrar a Ceia do Senhor. Na verdade, a palavra grega que Paulo usa para pão em seu ensino sobre a Ceia do Senhor é αρτος (pão fermentado comum), e não αζυμα (pão asmo).¹¹⁴ Com o tempo, surgiram diferenças entre o cristianismo oriental e ocidental na administração do sacramento. As igrejas ortodoxas orientais continuaram a usar pão fermentado, enquanto as igrejas ocidentais (católicas e protestantes) começaram a usar pão asmo.¹¹⁵

191

Um substituto cultural e contextualmente apropriado seria permitido em culturas em que o pão de trigo ou de cevada é desconhecido.

192

Para servir os elementos, muitas igrejas usam bandejas de comunhão com copos de vidro recarregáveis ou copos plásticos descartáveis para a bebida, com um compartimento central ou prato separado para o pão da comunhão. Os copos plásticos hermeticamente fechados que contêm tanto a bebida quanto a hóstia se tornaram muito populares por motivos de conveniência e higiene. No entanto, eles simbolizam perfeitamente expressões de fé individualizadas e o isolamento do participante, em vez de sua comunhão e unidade com o corpo de Cristo reunido. A melhor maneira de transmitir a ideia da unidade da igreja na observância da Ceia do Senhor, visual e simbolicamente, é usar um pão (Mateus 26:26; Marcos 14:22; Lucas 22:19; 1 Coríntios 10:16b-17) e um cálice comum

¹¹¹ Hunter, "Ordinances, Pentecostal," 948.

¹¹² Silva, *New International Dictionary of New Testament Theology and Exegesis*, 1:410-411.

¹¹³ "Why Do Orthodox Churches Use Leavened Bread for Communion?" Saint John the Evangelist Orthodox Church, acessado em 6 de janeiro de 2024, <https://www.saintjohnchurch.org/why-orthodox-churches-use-leavenedbread/>
#:~:text=The%20Orthodox%20Church%20continues%20to%20use%20leavened%20bread%20in%20Holy as%20a%20sacrifice%20of%20thanksgiving.

¹¹⁴ Silva, *New International Dictionary of the New Testament Theology and Exegesis*, 1:411.

¹¹⁵ "TGC Asks: Does Scripture Demand Unleavened Bread in the Lord's Supper?" <https://www.thegospelcoalition.org/article/does-scripture-demand-unleavened-bread-in-the-lords-supper/>. [acessado em 6 de Janeiro de 2024].

(Mateus 26:27; Marcos 14:23; Lucas 22:20; 1 Coríntios 10:16; 11:25-26). As preocupações sanitárias sobre beber de um cálice comum podem ser atenuadas se cada participante mergulhar a ponta de seu pedaço de pão no cálice antes de comer, recebendo assim os dois elementos juntos. Esse método é chamado de *intinção*. Embora receber o fruto da vide dessa forma possa não ser desejável para algumas pessoas, deve-se tomar cuidado para que o sacramento seja administrado de forma que os fiéis possam participar significativamente do pão e do cálice sem preocupações externas.

193

Há várias formas em que a congregação pode receber a Ceia do Senhor. Muitos de nós nos lembramos de nos sentarmos em uma mesa na frente do santuário, preparada com uma toalha de mesa branca, com doze cadeiras, seis de cada lado e uma décima terceira em uma extremidade, que ficava vaga, simbolizando a presença de Cristo à mesa. Os participantes eram servidos, doze de cada vez, enquanto outros doze ficavam atrás deles, “aguardando” (literalmente, esperando) em oração por eles. A intenção de Paulo em 1 Coríntios 11:33 era que a igreja deveria esperar uns pelos outros até que todos tivessem chegado para que pudessem comer juntos. Depois que doze tivessem comido e bebido dos elementos, eles se levantariam e doze tomariam seus lugares. Embora isso seja simbólico da primeira Ceia do Senhor, pode ser um processo bastante demorado.

194

Quando convidados pelo ministro, toda a igreja pode vir à frente para participar da Ceia do Senhor juntos, de pé ou ajoelhados. O ato de ir à frente para receber a Comunhão é um ato consciente de resposta ao convite para a Mesa do Senhor. Como alternativa, as pessoas podem ser servidas em seus lugares.

195

IX. Uma sugestão de ordem de serviço para a observância da Ceia do Senhor

A Ceia do Senhor deve ser celebrada como uma resposta à proclamação da Palavra de Deus. Isso não significa que o conteúdo do sermão deva necessariamente se concentrar no sacramento como tema; qualquer que seja o tema do sermão, ele deve ser sempre Cristocêntrico. A participação na Ceia é a aceitação da Palavra pela congregação.

196

Quando chegar a hora de administrar a Ceia do Senhor, o ministro oficiante pode convidar a congregação a se engajar em uma oração silenciosa para um autoexame espiritual. A oração de Davi no Salmo 139:23-24 é um excelente exemplo para esse momento de introspecção: “Sonda-me, ó Deus, e conhece meu coração; prova-me e conhece os meus pensamentos. Vê se há em mim algum caminho mau e guia-me pelo caminho eterno”. Um hino ou coro de oração

sobre o tema da entrega ao Espírito Santo, autoexame ou compromisso seria apropriado.¹¹⁶

197

É interessante notar que a Ceia do Senhor é o único sacramento que envolve todos os cinco sentidos. Ouvimos a proclamação da Palavra de Deus, a oração eucarística e as palavras de instituição. Vemos o pão e o cálice. Seguramos os elementos em nossas mãos. Sentimos seu cheiro e sabor. Cristo deu à igreja um belo sacramento que torna Sua presença totalmente conhecida por nós.

198

A seguinte sugestão de ordem de serviço assume a forma das “quatro ações” da Ceia do Senhor discutido na Seção III deste documento: tomar, abençoar, partir e dar.¹¹⁷

199

A. Tomar

A ação de tomar pode ser expressa de duas maneiras

200

1. O oficiante, em um espírito de reverência e gratidão, toma o pão e o cálice juntos como o dom de Deus para o povo de Deus, antes de oferecer a oração eucarística e a distribuição dos elementos. No pão e no cálice, os fiéis recebem a dádiva de Deus por meio de seu Filho, Jesus Cristo. “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (João 3:16). “Em [Jesus Cristo] temos a redenção pelo seu sangue, a remissão das ofensas, segundo as riquezas da sua graça, que Ele tornou abundante para conosco em toda a sabedoria e prudência” (Efésios 1:7-8).
2. “Tomar” é a ação simbólica de trazer os elementos à Mesa e apresentá-los ao oficiante para a preparação de sua distribuição. O oficiante pode escolher diáconos, líderes locais, obreiros ou qualquer membro da igreja para levar os elementos à Mesa. Essa ação simboliza principalmente a realização de uma oferta a Deus. A oferta suprema que já foi feita foi a de Jesus que ofereceu Sua vida ao Pai no cumprimento de Sua missão, oferecendo Seu espírito ao Pai em Sua morte para a salvação de todos os que acreditassem nele. “Quanto mais o sangue de Cristo, que, pelo Espírito eterno, se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus, purificará a vossa consciência das obras mortas, para servirdes ao Deus vivo?” (Hebreus 9:14). Entre as coisas lembradas na celebração da Ceia do Senhor está o

¹¹⁶ Webber, *Renewal of Sunday Worship*, 255.

¹¹⁷ Dom Gregory Dix, *The Shape of the Liturgy* (New York: Continuum, 2005), 48.

sacrifício de Jesus. O sacrifício de uma vez por todas não é repetido à mesa.¹¹⁸

201 O “tomar” ou oferecer uma oferta a Deus pode incluir outras expressões do ato de dar. O oficiante pode convidar a congregação a orar, cada um oferecendo sua vida como um sacrifício vido a Deus (Romanos 12:1, 2).¹¹⁹

202 O ministro oficiante pode convidar os adoradores a darem seus dízimos e ofertas durante o momento do “tomar”. Uma vez que eles tenham se entregado totalmente a Deus, não deve ser difícil dar também de seus recursos. Um hino congregacional ou louvor apropriado para a oferta pode ser entoado durante essa parte do culto.

203 O tema geral da oferta deve criar “a sensação de que toda a congregação está trazendo uma oferta de louvor e ação de graças ao Deus Todo-Poderoso. Quando as pessoas conseguem se conectar com a ação simbólica, sua própria oferta de louvor se torna mais intensa e comovente”.¹²⁰

204 **B. Abençoar (Ação de Graças)**

O "abençoar" é a oração eucarística (ou da Comunhão) de ação de graças. A oração contém três partes:

- 205
1. Louvor
A oração começa com agradecimentos a Deus, o Pai, pela bondade e pelas bênçãos da criação disponibilizadas a nós

206

 2. Comemoração
 - a. Agradecemos a Deus por ter enviado seu Filho Jesus e, por meio de Sua encarnação, morte e ressurreição, recebemos os benefícios salvíficos de Suas ações redentoras.
 - b. As palavras proferidas por Cristo sobre a instituição podem ser incluídas nesse momento da oração.
 - c. Uma oração pode ser feita para expressar que, ao participar da Ceia do Senhor, oferecemos louvor ao Pai e oferecemos nossas vidas a Ele.

207

 3. Pedidos
 - a. Invocar a presença do Espírito Santo sobre o povo em sua participação na Ceia, e que sua fé seja confirmada na verdade.
 - b. Pedidos de oração podem ser incluídos aqui.

¹¹⁸ Webber, *Renewal of Sunday Worship*, 256.

¹¹⁹ Webber, *Renewal of Sunday Worship*, 256.

¹²⁰ Webber, *Renewal of Sunday Worship*, 256.

- c. O oficiante pode concluir a oração conduzindo o povo na Oração do Pai Nosso.

208

C. O partir do pão

Em 1 Coríntios 10:17, Paulo interpreta o pão da Comunhão como “um sinal de Cristo, o Pão da Vida, no qual as muitas pessoas da igreja são feitas um só corpo... O pão partido é o símbolo de Cristo partido por seu povo, a igreja, o corpo unido a ele em sua morte e ressurreição”.¹²¹

209

Após a oração eucarística, o oficiante pode levantar silenciosamente o pão para que todos vejam e, em seguida, parti-lo ou rasgá-lo como um sinal do corpo de Cristo sendo partido para nossa salvação. Assim como Cristo partiu o pão na presença daqueles a quem serviu, o fato do oficiante partir o pão na presença da congregação causa um impacto visual e simbólico. Ao fazer isso, o ministro pode dizer: “Jesus disse: Isto é o meu corpo dado em favor de vocês...” (Lucas 22:19, NVI).

210

O oficiante pode levantar o cálice ou a bandeja de cálices de comunhão, repetindo as palavras do Senhor: “Este cálice é a nova aliança no meu sangue, derramado em favor de vocês” (Lucas 22:20, NVI).

211

O oficiante pode convidar o povo a vir à frente, ficarem de pé ou se sentarem no banco para participar da Ceia do Senhor. É apropriado cantar um hino ou coro que fale do sacrifício de amor de Cristo por nós enquanto esperamos para receber o pão e o cálice.

212

D. Dar

O oficiante (assistido por diáconos ou outros ministros) pode citar as palavras de Jesus conforme registradas por Paulo enquanto o pão e o cálice são oferecidos ao povo de forma ordenada e em uma atitude de reverência sagrada: Jesus disse: “Fazei isto... em memória de mim. Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor, até que venha (1 Coríntios 11:24, 26).

213

Mateus escreve que, ao término da Ceia do Senhor, Jesus e os discípulos cantaram um hino antes de irem para o Monte das Oliveiras (Mateus 26:30). Um hino congregacional cantado no final da Comunhão é uma bela maneira de encerrar o culto. Dependendo do foco ou da ênfase do culto, o tema do hino pode ser de agradecimento pelo sacrifício de Cristo que trouxe

¹²¹ Webber, *Renewal of Sunday Worship*, 261.

nossa salvação, um hino alegre cantado em antecipação à Segunda Vinda de nosso Senhor e à ceia das bodas do Cordeiro, ou um hino cantado em afirmação e celebração da unidade do corpo de Cristo.¹²²

214

A Ceia do Senhor e a cura

Os primeiros Pais da Igreja acreditavam que, se a participação dos símbolos do corpo e do sangue de Cristo na Comunhão proporcionava nutrição e cura espiritual, também poderia proporcionar cura física. Inácio, em sua carta aos Efésios, referiu-se ao “partir um pão, que é o remédio da imortalidade, o antídoto que tomamos para não morrer, mas viver para sempre em Jesus Cristo”.¹²³ “Remédio da imortalidade” é a tradução de um termo médico técnico em grego, que significa literalmente “um unguento curativo”.¹²⁴ Irineu escreveu:

215

Quando, portanto, o cálice misturado e o pão manufaturado recebem a Palavra de Deus, e a Eucaristia do sangue e do corpo de Cristo é feita, a partir da qual a substância de nossa carne é aumentada e sustentada, como podem afirmar que a carne é incapaz de receber o dom de Deus, que é a vida eterna, a qual [a carne] é nutrida do corpo e do sangue do Senhor e é um membro dele?¹²⁵

216

Cipriano escreve sobre “o verdadeiro remédio derivado da expiação”. Agostinho testifica que milagres foram “realizados em nome de Cristo ... por Seus sacramentos ou por orações...”.¹²⁶

217

O pecado corrompeu nossa humanidade, e essa corrupção é demonstrada em uma infinidade de doenças físicas, psicológicas e espirituais. A igreja primitiva acreditava que era possível receber o “remédio” da cura participando da Ceia do Senhor e acreditando na virtude curadora do sangue do Grande Médico (Isaías 53:4-5; 1 Pedro 2:24).¹²⁷

218

Os primeiros pentecostais adotaram o entendimento da igreja primitiva sobre a cura na celebração da Ceia do Senhor. Sua associação da Ceia com a cura era, na verdade, um conceito sacramental: A comunhão como um meio de graça no qual Cristo está

¹²² Webber, *Renewal of Sunday Worship*, 264–265.

¹²³ Ignatius, “The Letter of Ignatius to the Ephesians,” em *The Apostolic Fathers: Greek Texts and English Translations*, ed. e trans. Michael W. Holmes, 3rd ed. (Grand Rapids: Baker Academic, 2007), 199.

¹²⁴ Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 177.

¹²⁵ Irenaeus, “Against Heresies,” em *Ante-Nicene Fathers*, ed. Alexander Roberts and James Donaldson (Peabody: Hendrickson Publishers, Inc., 1995), 1:528.

¹²⁶ Augustine, “The City of God,” em *Nicene and Post-Nicene Fathers: First Series*, ed. Philip Schaff (Peabody: Hendrickson Publishers, Inc., 1995), 2:485.

¹²⁷ Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 177.

presente.¹²⁸ Em 1915, James Roswell Flower, um líder pioneiro das Assembleias de Deus no Canadá,¹²⁹ escreveu:

219 O Senhor Jesus é trazido para bem perto na observância da Ceia do Senhor. A obra redentora para o corpo é frequentemente atestada, à medida que os participantes participam com fé, bebendo Seu sangue e comendo Sua carne, o Senhor os cura de doenças e os livra de enfermidades. Louvado seja o Seu precioso nome para sempre.¹³⁰

220 Alguns pentecostais frequentemente se referiam à Ceia do Senhor como “o remédio de Deus”.¹³¹

221 Mesmo entre alguns pentecostais de hoje, a Ceia do Senhor ... é frequentemente apresentado como um meio de graça que tem um duplo propósito. O cálice representa o sangue de Jesus Cristo que é derramado para a remissão dos pecados. O pão partido representa o corpo do Senhor, que foi partido para a cura do corpo físico.¹³²

222 Os cultos de cura realizados no final da Ceia do Senhor eram amplamente praticados no início do pentecostalismo. Cada vez mais, tanto nas igrejas litúrgicas quanto nas não litúrgicas, o rito de cura ocorre imediatamente após a Eucaristia, na qual os doentes são ungidos com óleo e as mãos são impostas sobre eles em oração pela cura.¹³³

223 X. Quem está autorizado a officiar a Ceia do Senhor?

Até 1996, a Igreja de Deus da Profecia autorizava apenas ministros licenciados (ordenados) do sexo masculino a officiar na administração dos sacramentos (batismo nas águas, ceia do Senhor e lava-pés).¹³⁴ Raymond M. Pruitt refletiu a atitude e a posição da igreja em 1981, quando escreveu: “De acordo com a natureza elevada e sagrada da ceia do Senhor, apenas ministros licenciados ou ordenados do sexo masculino officiam na administração da comunhão”.¹³⁵ Harold Hunter escreve:

¹²⁸ Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 177.

¹²⁹ M. T. Boucher, “Flower, Joseph James Roswell and Alice Reynolds,” em *The New International Dictionary of Pentecostal and Charismatic Movements* (Grand Rapids, MI: Zondervan, 2002), 642.

¹³⁰ J. Roswell Flower, quoted in Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 177.

¹³¹ Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 178.

¹³² Tomberlin, *Pentecostal Sacraments*, 178.

¹³³ Webber, *Renewal of Sunday Worship*, 265.

¹³⁴ Church of God of Prophecy, *Minutes of the 66th Annual Assembly of the Church of God of Prophecy* (Cleveland, TN: White Wing Publishing House, 1971), 144.

¹³⁵ Pruitt, *Fundamentals*, 368–369.

224

É amplamente conhecido o fato de que o Movimento Pentecostal há muito tempo tem dado destaque às mulheres em termos de ministérios como o da pregação. Entretanto, isso nem sempre foi acompanhado pela autoridade necessária para cumprir as tarefas relacionadas. Muitas igrejas pentecostais, seja por decreto dogmático ou por prática circunscrita, eliminaram as mulheres daqueles que normalmente têm permissão para administrar os sacramentos ou cumprir os deveres do *episkope*.¹³⁶

225

Ironicamente, desde o início, o movimento pentecostal “viu a aplicação dos conceitos bíblicos de unção, empoderamento e dom para incluir o estabelecimento de denominações pentecostais por mulheres”.¹³⁷ No entanto, as mulheres que foram chamadas por Deus para o ministério cristão e que foram nomeadas para pastorear, serviram com certificados leigos e, portanto, não foram autorizadas a administrar os sacramentos.

226

A Igreja de Deus da Profecia mudou sua política em relação às pastoras na 89ª Assembleia Geral, em 1996:

227

As evidências apresentadas na apresentação anterior indicam que nossos membros do sexo feminino devem ser livres para exercer seus dons de oratória, ensino, pregação ou cumprimento de deveres pastorais.¹³⁸

228

Essa mudança na política autorizou as pastoras a cumprir todos os deveres pastorais, inclusive a administração dos sacramentos.

229

Diáconos e diaconisas, como ministros ordenados, estão autorizados a administrar os sacramentos na Igreja de Deus da Profecia.¹³⁹ Ministros leigos, no entanto, não estão autorizados a administrar os sacramentos,¹⁴⁰ com a exceção de que ele ou ela tenha sido nomeado(a) para um pastorado onde não haja ministros licenciados disponíveis. Uma permissão provisória pode então ser emitida, autorizando o ministro leigo a realizar todas as tarefas pastorais, incluindo a administração dos sacramentos (mas excluindo a realização de casamentos). A permissão é válida por dois anos enquanto o ministro leigo completa os requisitos para o licenciamento.¹⁴¹

¹³⁶ Harold D. Hunter, “Reflections of a Pentecostalist on Aspects of BEM,” *Journal of Ecumenical Studies* 23, nos. 3–4 (Summer–Fall 1992): 342. https://www.academia.edu/2428884/Reflections_of_a_Pentecostalist_on_Aspects_of_BEM?email_work_card=thumbnail.

¹³⁷ Hunter, “Reflections,” 342.

¹³⁸ Church of God of Prophecy, *Minutes of the 89th General Assembly of the Church of God of Prophecy* (Cleveland, TN: White Wing Publishing House, 1996), 39–40.

¹³⁹ Church of God of Prophecy, *Ministry Policy Manual* (Cleveland: White Wing Publishing House, 2018), 102.

¹⁴⁰ Church of God of Prophecy, *Policy Manual* (2018), 81.

¹⁴¹ Church of God of Prophecy, *Policy Manual* (2018), 82–83.

230

Jesus Cristo comissionou os discípulos e, por extensão, toda a igreja para pregar o evangelho em todo o mundo, fazer discípulos e batizá-los em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, e ensiná-los tudo o que Cristo ordenou (Mateus 28:19-20; Lucas 24:47). Jesus pediu ao Pai que enviasse o Espírito Santo para capacitar não apenas os apóstolos, mas toda a igreja reunida para se engajar na Comissão no dia de Pentecostes (Lucas 24:49; Atos 1:8, 2:1-11). O apóstolo Pedro descreve a igreja como um “sacerdócio real” (1 Pedro 2:9). Em Atos e nas cartas de Paulo, lemos sobre vários seguidores de Cristo que ministravam de várias maneiras. Febe era uma diaconisa (Romanos 16:1, NTLH). Áquila e Priscila nunca são identificados como ministros ordenados na igreja. No entanto, eles ministraram ao lado do apóstolo Paulo. Quando encontraram Apolo, que só conhecia o batismo de João, “e lhe explicaram com mais exatidão o caminho de Deus.” (Atos 18:24-26). Lucas nos conta que os primeiros cristãos celebravam o “partir do pão” com frequência, mas não nos diz quem presidia essas reuniões (Atos 2:42-46; 20:7).

231

Se toda a igreja tem sido comissionada a observar tudo o que Cristo tem ordenado, e se toda a igreja é um "sacerdócio real", então quem está autorizado a administrar os sacramentos? Harold Hunter escreve:

232

“... A administração dos sacramentos não deve ser prerrogativa exclusiva do ministério ordenado. A prática de ministros licenciados pela denominação administrarem os sacramentos parece ser bíblicamente permitida, mas não obrigatória”.¹⁴²

233

XI. Recomendações

234

A. Recomendamos o estudo cuidadoso desse documento para edificação pessoal e corporativa.

235

B. Reafirmamos a recomendação da Assembleia Internacional de que cada igreja local observe a Ceia do Senhor pelo menos a cada trimestre. Também incentivamos a observância mais frequente da Ceia do Senhor, tendo precedentes bíblicos e históricos.

236

C. Afirmamos que a Ceia do Senhor é algo que ocorre principalmente no contexto da igreja local. Na adoração conjunta e no ministério da igreja local, o principal oficiante desse sacramento é o pastor. Recomendamos que os pastores treinem e capacitem crentes com maturidade para administrar a Ceia do Senhor tanto no contexto da adoração corporativa e familiar quanto nos ministérios adicionais.

¹⁴² Hunter, “*Ordinances, Pentecostals*,” 947.

237

D. Concordamos que a Ceia do Senhor é uma celebração memorial que transmite a presença real de Cristo por meio da agência do Espírito Santo e a participação do crente nas bênçãos da nova aliança.

238

E. A Ceia do Senhor é para o crente. Todos os que confessaram fé em Jesus Cristo como Senhor, tendo sido perdoados pelo derramamento do sangue de Jesus para o perdão dos pecados, são elegíveis para receber os elementos da Comunhão (Mateus 26:28). Além disso, a Igreja de Deus da Profecia pratica a Comunhão aberta, com a admoestação bíblica de que todos os crentes devem se examinar antes de vir à Mesa do Senhor (1 Coríntios 11:31-32).

Seção Quatro

Raça, Relacionamento e Reconciliação

Introdução

239

A presença maliciosa do racismo, do classismo, da xenofobia e do nacionalismo extremo, incluindo a intolerância e o preconceito neste mundo, continua sendo uma das falhas morais mais destrutivas da humanidade. O racismo – “preconceito exagerado contra pessoas pertencentes a uma raça (etnia) diferente, geralmente considerada inferior”¹⁴³ – existe há séculos, trazendo disparidades como subjugação e tratamento injusto a muitos grupos de pessoas por meio da escravidão, da segregação de Jim Crow,¹⁴⁴ da limpeza étnica e de outras práticas injustas. Classismo, “inclinação a valorizar certas classes sociais, em especial as classes economicamente privilegiadas”,¹⁴⁵ na maioria das vezes resulta na opressão sistêmica da classe baixa e média em benefício da classe alta, como o sistema de castas da Ásia¹⁴⁶ ou as muitas classes sociais do mundo ocidental. A xenofobia (“Aversão ou rejeição a pessoas ou coisas estrangeiras; temor ou antipatia pelo que é incomum ou estranho ao seu ambiente”¹⁴⁷) e o nacionalismo extremo (“exaltação dos valores de seu país de nascimento e de tudo o que lhe é particular [acima de todas as

¹⁴³ MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, “Racismo,” acessado em 29 de abril de 2024, <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/racismo%20/>

¹⁴⁴ “Jim Crow refere-se a uma série de leis e medidas racistas que discriminavam os afro-americanos”, conforme definido pelo Vocabulary.com Dictionary, s. v. “Jim Crow”, acessado em 29 de abril de 2024, <https://www.vocabulary.com/dictionary/Jim%20Crow>

¹⁴⁵ MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, “Classismo”, acessado em 29 de abril de 2024, <https://www.dicio.com.br/classismo/>

¹⁴⁶ “Um sistema de castas é uma estrutura de classes determinada pelo nascimento. Em termos gerais, isso significa que, em algumas sociedades, as oportunidades a que você tem acesso dependem da família em que você nasceu”, conforme definido pelo Vocabulary.com Dictionary, s. v. “Caste System”, acessado em 29 de abril de 2024, [https://www.vocabulary.com/dictionary/caste system](https://www.vocabulary.com/dictionary/caste%20system).

¹⁴⁷ MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, “Xenofobia”, acessado em 29 de abril de 2024, <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/xenofobia/>

outras]”¹⁴⁸) não têm lugar no corpo de Cristo. Essas não são apenas questões sociológicas, mas questões de pecado. Se você realmente cumpre a lei real declarada nas Escrituras, “Ame o seu próximo como a si mesmo”, você está indo bem. Mas se demonstrar favoritismo, você peca e é condenado pela lei como transgressor (Tiago 2:8-9).¹⁴⁹

240

Estamos em um mundo caído, e o racismo é um pecado que pode ser atribuído à nossa queda. A reconciliação racial bíblica exige que nós, o corpo de Cristo, abordemos o pecado que causa essa divisão. Devemos ter a intenção de nos unirmos além das linhas raciais e étnicas para curar todas as indignidades, grandes ou pequenas, com o objetivo de promover nosso compromisso com Jesus Cristo em servir uns aos outros. Quando Jesus estabeleceu a igreja, Ele a criou para refletir Seu reino na terra. A igreja foi projetada como um lugar onde as distinções raciais e de classe não são usadas como ferramentas para dividir, porque somos todos unificados em Cristo. “Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gálatas 3:28). Todos os seres humanos foram criados para ter comunhão com Deus, e a oferta de salvação está aberta a todas as pessoas.

241

A mancha perniciosa do racismo põe em dúvida o que a Palavra de Deus diz sobre Sua criação e Seu plano. O apóstolo Paulo afirmou em seu sermão no Areópago que Deus “de um só fez toda a geração dos homens para habitar sobre toda a face da terra” (Atos 17:26). A igreja deve ser um modelo para o mundo enquanto opera no mundo. Se a igreja deve refletir o reino de Deus aqui na terra, então devemos dismantelar e renunciar aos fundamentos da discriminação, dos preconceitos e da injustiça em todas as suas formas. Tiago diz que não é possível ter fé em nosso Senhor Jesus Cristo e mostrar parcialidade em relação às pessoas. “Meus irmãos, como crentes em nosso glorioso Senhor Jesus Cristo, não façam diferença entre as pessoas, tratando-as com parcialidade.” (Tiago 2:1, NVI). Tiago começa sua carta com admoestações e instruções específicas e diretas, principalmente sobre o perigo da língua, bem como sobre as atitudes dos crentes. Ele destaca as diferenças entre os pobres e os ricos e o tratamento dado a eles pelo corpo de Cristo. Tiago estava obviamente descontente com as inconsistências entre os irmãos e condenou as atitudes que esses crentes demonstravam em relação aos outros, bem como criticou suas falhas em agir como deveriam. Ele primeiro denunciou a atitude de favoritismo, afirmando que, como crentes, não devemos demonstrar favoritismo. É culpa de quem, quando chamado a fazer um julgamento, tem deferência com as circunstâncias externas do homem e não com seus méritos intrínsecos. Ele ou ela prefere, como mais digno, alguém que seja rico, de alta nobreza ou poderoso, a outro que não tenha essas qualidades. Em resumo, a parcialidade não combina com a fé em Deus. É o ápice da imaturidade espiritual exibir tais inconsistências em termos de igualdade, amor e fidelidade para com todos. É preciso aprender a aceitar os demais, independentemente de seu status ou classe, demonstrando cortesia e compaixão com consistência. Deus não mostra favoritismo (Romanos 2:11; Efésios 6:9; Colossenses 3:25); portanto, os cristãos

¹⁴⁸ Dicionário Online de Português, “Nacionalismo”, acessado em 29 de abril de 2024 (com ênfase adicional por se tratar de nacionalismo extremo), <https://www.dicio.com.br/nacionalismo/>

¹⁴⁹ Nesta seção do relatório, todas as citações bíblicas são fornecidas na ARC, a menos que indicado de outra forma.

também não deveriam. Em sua carta aos Gálatas, Paulo teve um forte desacordo com Pedro sobre o tratamento que ele dava aos gentios depois de ter sido influenciado por certos homens judeus. “Quando, porém, Pedro veio a Antioquia, enfrentei-o face a face, por sua atitude condenável. Pois, antes de chegarem alguns da parte de Tiago, ele comia com os gentios. Quando, porém, eles chegaram, afastou-se e separou-se dos gentios, temendo os que eram da circuncisão” (Gálatas 2:11-12).

242

A Bíblia condena o preconceito e o tratamento preferencial. Embora os preconceitos, os vieses raciais e o favoritismo sejam normas culturalmente aceitas, o trabalho da igreja não é se adaptar à cultura e às suas normas, mas exemplificar e viver de acordo com os valores do Reino de Deus. Deus está trabalhando na igreja, e a igreja tem o poder de influenciar a cultura. Acolhemos as distinções criativas de Deus como uma forma de nos tornar mais fortes, melhores e mais representativos de Seu reino. A igreja é maior do que grupos e preferências individualizadas, e “somos um povo com um propósito composto de muitos membros reunidos em um só corpo”.¹⁵⁰

RAÇA E ETNIA

243

Embora as Escrituras reconheçam a diversidade entre os grupos com base na geografia, no idioma, na ancestralidade e no estado espiritual, elas enfatizam a unidade de todas as pessoas como feitas à imagem de Deus e como descendentes de Adão e Eva. O conceito de raça é uma construção social que tem sido frequentemente usada para discriminar pessoas com base em características físicas (apenas as mais óbvias) – uma abordagem antitética (contrária) ao ensino bíblico.¹⁵¹

244

A raça geralmente é diferenciada pela cor da pele, cabelo ou características faciais. A etnia está enraizada em distinções sociais como dialeto, geografia, valores, costumes e até mesmo práticas religiosas. O termo *etnia* é extraído da mesma palavra que o Novo Testamento grego usa para nações (*etos*).¹⁵² Esse termo é usado para classificar a humanidade com base não em traços físicos, mas em culturas, religiões, terras, leis e idiomas compartilhados. Tanto a “raça quanto a etnia” têm sido empregadas para diferenciar e explorar determinadas populações, comunidades de pessoas ou culturas. Entretanto, todos nós fomos criados à imagem e semelhança de Deus:

245

E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo réptil que se move sobre a terra. E criou Deus o homem à sua

¹⁵⁰ Tony Evans, *Oneness Embraced: Reconciliation, the Kingdom, and How We Are Stronger Together* (Chicago, IL: Moody Publishers, 2011), 257.

¹⁵¹ Brannon Ellis, Jessica Parks, and Mark Ward, eds., *Lexham Survey of Theology* (Bellingham, WA: Lexham Publishers, 2018), Logos Bible Software.

¹⁵² Walter Bauer, em *A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature*, ed. Frederick W. Danker, 3rd ed. (Chicago: University of Chicago Press, 2000)

imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou.
(Gênesis 1:26, 27)

246

Em seu livro, *A Biblical Theology of Race* (Uma Teologia Bíblica sobre Raça), J. Daniel Hays afirma: “Imagem refere-se a qualidades naturais, como razão e personalidade. A imagem refere-se às faculdades mentais e espirituais que as pessoas compartilham com seu criador, bem como a uma semelhança física.¹⁵³ Como portadores da imagem, devemos viver em harmonia uns com os outros e refletir o caráter de um Deus que “não faz acepção de pessoas” (Atos 10:34). O teólogo Millard Erickson afirma: “O primeiro ser humano, Adão, não é racialmente identificável. O termo hebraico para ‘adão’ significa simplesmente ‘gênero humano’ e não faz referência à raça. Portanto, Adão não pertencia a um grupo étnico ou nacional identificável, mas representava a origem de todas as pessoas”.¹⁵⁴

247

As Escrituras deixam claro que Deus não viu nenhuma nação como inerentemente superior ou inferior às outras. Mesmo no chamado de Abraão em Gênesis 12, Deus prometeu abençoar “todas as famílias da terra” através de Abraão e sua semente (Gênesis 12:3). No Novo Testamento, Jesus enfatizou que o templo deveria chamado “por todas as nações casa de oração” (Marcos 11:17). Paulo lembra aos colossenses que, depois de se revestirem do novo homem, “não há grego nem judeu, circuncisão nem incircuncisão, bárbaro, cita, servo ou livre; mas Cristo é tudo em todos. Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus, santos e amados, de entranhas de misericórdia, de benignidade, humildade, mansidão, longanimidade... E, sobre tudo isto, revesti-vos de amor, que é o vínculo da perfeição” (Colossenses 3:11-12, 14). Infelizmente, o racismo também existe na igreja, mas qualquer forma de racismo é um pecado contra Deus e contra aqueles que são feitos à sua imagem. Jarvis Williams, autor de *Redemptive Kingdom Diversity* (Diversidade do Reino Redentor), argumenta que a “crença de que existem, de fato, diferentes raças de pessoas dentro da raça humana para serem vistas como superiores ou inferiores é falsa, antitética à antropologia bíblica e contrária ao que a Bíblia diz sobre a imagem de Deus em todos os seres humanos e sobre o povo de Deus”.¹⁵⁵

¹⁵³ J. Daniel Hays, *From Every People and Nation: A Biblical Theology of Race*, *New Studies in Biblical Theology*, ed. D. A. Carson, vol 14 (Downers Grove, IL: Intervarsity Press, 2003), 48–49.

¹⁵⁴ Millard J. Erickson, *Christian Theology*, 3rd ed. (Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2013), 458–459.

¹⁵⁵ Jarvis Williams, *Redemptive Kingdom Diversity: A Biblical Theology of the People of God* (Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2021), 153.

UMA HISTÓRIA DENOMINACIONAL DAS RELAÇÕES RACIAIS

248 No discurso anual de 1935 do Bispo A. J. Tomlinson à Assembleia Geral, ele escreveu o seguinte:

249 Tenho um assunto muito preocupante em meu coração que gostaria de mencionar de forma amorosa e ternamente possível. É um fato incontestável que temos a mensagem para “todas as criaturas”. Isso inclui todas as grandes raças do mundo... Todos sabemos que não deve haver diferenças no que diz respeito às suas almas. O muro de separação há sido derrubado pelo sangue da cruz, disse Paulo, e todos têm acesso a Deus através de Jesus Cristo sem distinção. Todos devem ser membros de Seu corpo, a Igreja, e, portanto, estão sob o mesmo governo representado pela mesma bandeira.¹⁵⁶

250 Desde o início da Igreja de Deus, A. J. Tomlinson, o primeiro supervisor Geral, tinha uma afinidade com a diversidade na liderança e entre os membros. Em meio ao extremo preconceito racial, às leis de Jim Crow e contra as normas culturais, em 31 de maio de 1909, o bispo Tomlinson concedeu licenças de evangelista para dois baamenses (afro-caribenhos), Edmond e Rebeca Barr, que serviram como missionários na Flórida e nas Bahamas.¹⁵⁷ Em meio à perseguição do governo das Bahamas, de outras organizações, incluso da igreja estabelecida, o zelo desses missionários e a obra de Deus continuaram. De acordo com Michael S. Swann em seu livro intitulado *The Holy Jumpers, A Concise History of the Church of God of Prophecy nas Bahamas 1909-1974* (Os Salteadores Sagrados, Uma História Concisa da Igreja de Deus da Profecia nas Bahamas 1909-1974):

251 Os Barr, da mesma forma, suportaram muita perseguição, dificuldades e privações assim como muitos dos novos convertidos baamenses. Mas por causa de sua visão pelos perdidos, insistiram e continuaram a provar plenamente seu ministério, realizando reuniões de oração nos lares e campanhas nas ruas e em um grande salão alugado.¹⁵⁸

252 O historiador de estudos pentecostais, Harold D. Hunter, observou que:

253 Em 1913, três congregações hispanas estavam operando em Novo México. Em 1915, Edmond Barr se tornou o supervisor da Black Work (Obra Negra) na Florida por dois anos. Em 1919, o bispo Tomlinson nomeou C. F. Bright como o supervisor de Pensilvânia e, em 1920, de Nova Jersey. Sob a liderança de Tomlinson, nas

¹⁵⁶ A. J. Tomlinson, “The Colored Race,” parte do “Annual Address of General Overseer,” em *Minutes of the 30th Annual Assembly of the Church of God* (Cleveland, TN: Church of God, 1935), 36.

¹⁵⁷ Harold D. Hunter, *The Azusa Street Revival and Its Legacy* (Eugene, OR: Wipf and Stock Publishers, 2009), 284–286.

¹⁵⁸ Michael S. Swann, *The Holy Jumpers, A Concise History of The Church of God of Prophecy in the Bahamas 1909–1974* (Maitland, FL: Xulon Press, 2018), 8.

Assembleias de 1919 e 1920, os negros puderam pregar na Assembleia Geral. Em 1921, um afro-americano chamado T. J. Richardson, mais dois afro-caribenhos, e um hispano foram nomeados para o Conselho dos Setenta e vários comitês da Assembleia.¹⁵⁹

254

Hunter também afirma:

Em alguns estados, a Igreja de Deus da Profecia pode ter sido a primeira igreja a desafiar as leis de Jim Crow em seus cultos de adoração. Os afro-caribenhos, afro-americanos e os latino-americanos foram encarregados com a liderança de estados, alguns dos quais inclui a maioria de europeus-americanos. Essa abordagem sem precedentes distingue a Igreja de Deus da Profecia, não apenas entre os pentecostais clássicos, mas entre muitas denominações nos Estados Unidos.¹⁶⁰

255

RECONCILIAÇÃO

Acontecimentos recentes como o assassinato de George Floyd, desigualdades econômicas entre os grupos raciais e outras divergências raciais serviram como catalisadores para abordar a necessidade de reconciliação entre as nações. Reconhecemos a limpeza étnica que está ocorrendo nas nações europeias e asiáticas, bem como o genocídio flagrante no continente africano. A Igreja de Deus da Profecia está ciente das guerras, das ações militares, dos distúrbios civis e das disputas políticas nas nações europeias. Estamos cientes do racismo discriminatório praticado nos países hispanos. A Igreja de Deus da Profecia reconhece o tratamento injusto e desleal dado às mulheres no Oriente Médio, na Ásia, na América e em todo o mundo. A Igreja de Deus da Profecia tem plena consciência do venenoso e crescente sentimento antissemita e anti-palestino que está explodindo globalmente, não apenas por causa das guerras recentes, mas por um profundo ressentimento que remonta aos tempos bíblicos. A Igreja de Deus da Profecia reconhece as injustiças e os preconceitos raciais e o atual aumento das tensões raciais e étnicas que refletem as realidades contínuas das desigualdades econômicas e sociais em todo o mundo. Historicamente, a igreja do Novo Testamento tem participado ativamente da abordagem de questões sociais na igreja. Lucas aborda a preocupação dos judeus de língua grega que sentiam que suas viúvas estavam sendo negligenciadas na distribuição diária de alimentos, dando vantagem às viúvas judias hebraicas. Em resposta, foram nomeados homens para tratar desse assunto, e todo o corpo ficou satisfeito com as ações dos anciãos da igreja (Atos 6:1-5). Como igreja, desafiamos direta e abertamente essas tendências globais e nos empenhamos ativamente em conduzir nossos membros de volta para a cruz, executando devidamente nosso mandato ao ministério da reconciliação. Na carta de Paulo aos Coríntios, ele afirma que:

¹⁵⁹ Hunter, *Azusa Street Revival*, 284–286.

¹⁶⁰ Hunter, *Azusa Street Revival*, 284–286.

256 E tudo isso provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por Jesus Cristo e nos deu o ministério da reconciliação, isto é, Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não lhes imputando os seus pecados, e pôs em nós a palavra da reconciliação. De sorte que somos embaixadores da parte de Cristo, como se Deus por nós rogasse. Rogamos-vos, pois, da parte de Cristo que vos reconcilieis com Deus. (2 Coríntios 5:18-20)

257 A responsabilidade da igreja, de acordo com Paulo, é:

e demonstrar a todos qual seja a dispensação do mistério, que, desde os séculos, esteve oculto em Deus, que tudo criou; para que, agora, pela igreja, a multiforme sabedoria de Deus seja conhecida dos principados e potestades nos céus, segundo o eterno propósito que fez em Cristo Jesus, nosso Senhor. (Efésios 3:9-11)

258 Nós, o corpo global da Igreja de Deus da Profecia, nos unimos àqueles que choram e estão sofrendo nas mãos cruéis da injustiça. Somos contra o ódio, o fanatismo e os preconceitos raciais de qualquer forma. Comprometemo-nos novamente a ensinar, pregar e ministrar um evangelho de esperança que promova a justiça e a liberdade do medo. Incentivamos nossos líderes e nossos leigos a aspirar a modelar uma vida de reconciliação racial em nosso corpo global da igreja. Fazemos isso porque somos chamados e capacitados pelo Senhor Jesus, o grande Médico, que, por meio de sua morte, sepultamento e ressurreição, alcançou uma reconciliação que deve ser proclamada em palavras e ações a todas as pessoas. “Porque ele é a nossa paz, o qual de ambos os povos fez um; e, derribando a parede de separação que estava no meio” (Efésios 2:14). Qualquer reticência da parte da igreja em buscar justiça e reconciliação prejudica a credibilidade do evangelho de Jesus Cristo.

259 Devemos expressar que vemos um grande valor intrínseco na construção de relacionamentos profundos e duradouros uns com os outros. O Novo Testamento nos mostra explicitamente que Jesus Cristo reconciliou grupos racial e culturalmente divididos em uma nova humanidade, “para criar em si mesmo dos dois um novo homem, fazendo a paz” (Efésios 2:15). Ele os uniu em um só corpo, criando assim a paz para que a igreja possa funcionar em unidade. Embora a igreja seja o lugar em que as distinções de raça e classe não devam mais ser usadas como ferramentas de divisão e desunião, isso não significa que a diversidade e as diferenças não existam tanto cultural quanto socialmente. Entretanto, como igreja, não podemos mais permitir que essas diferenças nos separem e ofusquem o fato de que o reino de Deus valoriza todas as pessoas. Temos pontos fortes e atributos únicos que, quando unidos, nos tornam mais completos, equilibrados e inteiros em Cristo Jesus (Efésios 4:16).

260 A diversidade e a distinção não devem ser negadas, mas celebradas. Deus tem pessoas de todas as origens, grupos e regiões demográficas representadas em seu reino. Devemos nos envolver e celebrar as diferenças uns dos outros social e respeitosa e se quisermos ser um em Cristo, mas também devemos nos recusar a permitir que as distinções da cultura interfiram

na verdade da Palavra de Deus. O Novo Testamento exige unidade ativa na igreja, uma unidade que explicitamente une diferentes grupos étnicos por causa de nossa identidade comum em Cristo. O evangelho que pregamos exige que levemos a compaixão e a mensagem de Jesus Cristo para além das linhas étnicas; “Portanto, ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mateus 28:19). Quando Paulo e Barnabé são enviados aos gentios em Atos 13, a liderança da igreja também é diversificada: “Na igreja que estava em Antioquia havia alguns profetas e doutores, a saber: Barnabé, e Simeão, chamado Níger, e Lúcio, Cireneu, e Manaém, que fora criado com Herodes, o tetrarca, e Saulo. E, servindo eles ao Senhor...” (Atos 13:1-2).

261

Nós, como igreja, não podemos formular nossa teologia pelas lentes da cultura, mas pelas lentes das Escrituras. É somente quando conhecemos a verdade da palavra de Deus, e essa verdade se torna o padrão absoluto pelo qual nossas crenças, comportamento e compromissos estão alinhados, que experimentaremos a liberdade em Cristo. A reconciliação nunca será alcançada por um grupo ou uma cultura específica impondo suas ideias, preferências e contextos sobre os outros. Em Atos 15, o Conselho de Jerusalém se reuniu para resolver a disputa sobre a circuncisão dos crentes gentios, exigindo que eles aderissem estritamente à Lei de Moisés. Pedro lhes assegurou dizendo: “Varões irmãos, bem sabeis que já há muito tempo Deus me elegeu dentre vós, para que os gentios ouvissem da minha boca a palavra do evangelho e cressem. E Deus, que conhece os corações, lhes deu testemunho, dando-lhes o Espírito Santo, assim como também a nós; e não fez diferença alguma entre eles e nós, purificando o seu coração pela fé” (Atos 15:7-9). A reconciliação racial bíblica só pode acontecer por meio de um ambiente criado com um propósito em mente: o avanço do reino de Deus. É um ambiente em que as pessoas são amadas e aceitas, e há uma fusão de diversidades e forças por meio da qual a glória e o poder de Deus podem se manifestar, e o povo de Deus pode servir e celebrar uns aos outros mutuamente. “E, perseverando unânimes todos os dias no templo e partindo o pão em casa, comiam juntos com alegria e singeleza de coração, louvando a Deus e caindo na graça de todo o povo. E todos os dias acrescentava o Senhor à igreja aqueles que se haviam de salvar” (Atos 2:46, 47). Esse é o modelo estabelecido pela igreja primitiva.

CONCLUSÃO

262

O racismo é generalizado e destrutivo, e sua presença contínua em nossa sociedade é incongruente com o ensino das Escrituras. A discriminação não é um problema de pele, mas um problema de pecado. O racismo é uma condição do coração e, antes que possamos nos reconciliar bíblicamente, precisamos reconhecer e abordar o pecado que está causando a divisão em nossas igrejas. Até que enfrentemos essa situação problemática e nos manifestemos com indignação justa contra a injustiça, nada mudará. Devemos nos arrepender dessa mancha e nos unirmos em unidade além das linhas raciais e culturais como igreja se quisermos receber as bênçãos ordenadas sobre nossa igreja, conforme decretado no Salmo 133:

263

Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união! É como o óleo precioso sobre a cabeça, que desce sobre a barba, a barba de Arão, e que desce à orla das suas vestes. Como o orvalho do Hermom, que desce sobre os montes de Sião; porque ali o Senhor ordena a bênção e a vida para sempre. (Salmo 133)

264

A discriminação é errada e deve ser condenada, julgada e mudada, não aplaudida ou desculpada de forma alguma, independentemente da circunstância. O preconceito e a parcialidade não têm lugar no corpo de Cristo ou neste mundo, e nós, como igreja, devemos nos posicionar firmemente contra eles. “E rogo-vos, irmãos, que noteis os que promovem dissensões e escândalos contra a doutrina que aprendestes; desviái-vos deles” (Romanos 16:17). A indiferença tem sufocado e extinguido os impulsos de reconciliação. “Justiça e juízo são a base do teu trono; misericórdia e verdade vão adiante do teu rosto” (Salmo 89:14). Nosso silêncio contínuo pode nos fazer parecer cúmplices da injustiça e da desigualdade. Portanto, devemos defender de forma ativa e agressiva nossos irmãos e irmãs que foram afetados negativamente pelo pecado do racismo. “O objetivo da igreja deve ser glorificar a Deus refletindo Seus valores entre o povo de Deus, deixando que a verdade de Deus seja o padrão pelo qual medimos o certo e o errado e a maneira como aceitamos a cor da pele, a classe e a cultura”.¹⁶¹ Deus aprecia a variedade e a diversidade, e todos os filhos de Deus têm valor.

265

Primeiro, deve haver **confissão e arrependimento**. Esses dois elementos são fundamentais para essa discussão e permitirão que o corpo siga em frente. A clareza é igualmente vital para que haja entendimento, e o entendimento leva à **unidade**. Devemos lançar luz sobre esse problema obscuro para que ele possa trazer revelação, e a revelação leva à **reconciliação**. É preciso remover a carne contaminada para curar o corpo, e a cura leva à **restauração**. Para que isso se concretize, precisamos exercer o **amor e o perdão**.

266

Nunca devemos nos esquecer de que somos e sempre seremos uma igreja cheia de graça, amor e perdão. “Porque, se perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai celestial vos perdoará a vós. Se, porém, não perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai vos não perdoará as vossas ofensas” (Mateus 6:14-15). Concordamos com o Dr. Tony Evans em seu livro *Oneness Embraced* (Abraçando a Unidade):

267

A igreja deve ser vista como uma comunidade, ou seja, um grupo de pessoas que vivem no mesmo lugar ou que têm uma característica particular em comum e que estão inseparavelmente ligadas por um sentimento de comunhão com os outros, como resultado do compartilhamento de atitudes, interesses e objetivos comuns; mais especificamente, um grupo de organismos interdependentes de diferentes espécies crescendo ou vivendo juntos em um habitat específico.¹⁶²

¹⁶¹ Evans, *Oneness Embraced*, 27.

¹⁶² Evans, *Oneness Embraced*, 156.

268

A 101ª Assembleia Internacional fez a seguinte declaração:

Lamentamos com aqueles que estão de luto e sofrem nas mãos cruéis da injustiça. Somos contra o ódio, a intolerância e os preconceitos raciais de qualquer forma e confessamos que eles têm desvalorizado nossos irmãos e irmãs, tanto em contextos de minoria quanto de maioria, em todo o mundo. Devemos nos comprometer novamente a ensinar, pregar e ministrar um evangelho de esperança que promova a justiça e a liberdade do medo. “Porque ele é a nossa paz, o qual de ambos os povos fez um; e, derribando a parede de separação que estava no meio” (Efésios 2:14).

269

Por meio da igreja, Deus criou um reflexo de Seu reino aqui na terra, e nós expressamos que vemos um grande valor intrínseco na construção de um relacionamento profundo e duradouro uns com os outros. Sua Palavra nos mostra explicitamente que Ele reconciliou grupos racial e culturalmente divididos em “um novo homem” (Efésios 2:15). “Ele nos uniu em um só corpo, criando assim a paz, para que a igreja possa funcionar em unidade. A igreja é o lugar onde as distinções de raça e classe não devem mais ser usadas como ferramentas de divisão e desunião. Celebramos a diversidade e as diferenças da criação de Deus por meio da raça, dos grupos étnicos, da cultura e do idioma. Entretanto, como igreja, não podemos mais permitir que essas diferenças nos separem”.¹⁶³

RECOMENDAÇÕES

270

Recomendamos que este documento seja incluído no *Manual de Normas para o Ministério da Igreja de Deus da Profecia*.

¹⁶³ Church of God of Prophecy, *Business Acts of the 101st International Assembly* (Church of God of Prophecy, 2022), 6.